



Anais da Assembléia

N.ºs 87 e 88

CURITIBA. TERÇA e QUARTA-FEIRA, EM 16 e 17 DE AGOSTO DE 1.983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1983

TERÇA-FEIRA

no início de cada trimestre em quotas estabelecidas na programação financeira da Fazenda Estadual, com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para os seus próprios órgãos.

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Augusto Carneiro e Ivan Gubert.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfredino, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação as atas que acabam de ser lidas.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela ordem) — Sr. presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder à verificação de votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Sr. presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere, e procederá à chamada nominal

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

29 senhores deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Em votação as atas. Aprovadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único. O artigo 38, da Constituição do Estado passa a ter a redação seguinte, acrescido de parágrafo único:

"Artigo 38 — O numerário correspondente às dotações orçamentárias dos Tribunais Estaduais será entregue

Parágrafo único. O numerário correspondente às dotações orçamentárias do Poder Legislativo será entregue no início de cada trimestre e seu orçamento corresponderá à importância nunca inferior a 3% (três por cento) da receita orçamentária geral, considerando-se como receita orçamentária os recursos próprios do Estado, bem como sua participação nas transferências da União".

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.983.

(a) TRAJANO BASTOS

Apoiamento:

Gernote Kirinus
Nilso Sguarezi
Luiz Alberto de Oliveira
Adhail Sprenger Passos
Rubens Bueno
Anibal Khury
Werner Wanderer
Homero Oguido
Erondy Silvério
Artagão Mattos Leão
Nelson Buffara
Edmar Costa
Ivan Gubert
Sabino Campos
Roberto Requião
Odeni Mongruel
Ezequias Losso
José Antônio Fonseca
Orlando Pessutti
Nelson Vasconcellos
Augusto Carneiro
Djalma de Almeida César
Tércio Albuquerque
Tadeu França
Gabriel Manoel
Antônio Anibelli
Irondi Pugliesi
Donato Gulin
Osvaldo Alencar Furtado
Gilberto Carvalho
Edgard Pimentel

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração constitucional visa garantir a base financeira para a real e efetiva independência política e institucional do Poder Legislativo.

Requerimentos: .

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

FUAD NACLI, brasileiro, casado, no exercício de mandato parlamentar, com atuação neste Poder Legislativo Estadual, vem, respeitosamente REQUERER trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, solicitando que o período passe a vigor da data de sua concessão.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um "voto de pesar", pelo falecimento do professor Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), ocorrido dia 14 de agosto próximo passado em Petrópolis (RJ).

Tal acontecimento deixa sem dúvida uma grande lacuna na sociedade brasileira, tendo em vista sua conceituada capacidade e criteriosa análise da temática brasileira em seus múltiplos aspectos.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja enviado cópia à Academia Brasileira de Letras.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos anais da sessão plenária de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Boscardin, ocorrido ontem, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) Donato Gulin.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento da senhora ADELINA DI GIÓRGIO COBBE, sogra do deputado Ervin Bonkoski.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria José Correa Bittencourt, ocorrido hoje, em Curitiba.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana em que a falecida gozava de grande estima e consideração.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa às ilustres famílias Correa e Bittencourt.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos anais da sessão plenária de hoje, votos de congratulações para com a população do distrito de São João, no município da Lapa, pela colaboração emprestada, em regime de mutirão, na recuperação da estrada que liga aquele distrito à sede do município, bem como na reconstrução da ponte que liga os municípios da Lapa e Quitandinha.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos senhores prefeitos municipais daqueles municípios.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos

anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações para com a população do distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava, pela colaboração emprestada, em regime de mutirão, na recuperação da estrada que liga aquele distrito à sede do município, bem como, na reconstrução das pontes existentes naquele trecho.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor prefeito municipal daquele município e ao senhor presidente da Cooperativa Agrícola Entre Rios.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que se faça constar na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações pela passagem do terceiro aniversário da Rádio Humaitá, com conseqüente encaminhamento ao senhor Nelson Amaral e ao senhor Ubiratã Ribeiro, diretores daquela emissora de rádio difusão.

Hoje se pararmos um pouco e refletirmos sobre os meios de comunicação existentes, por certo, iremos perceber que a rádio e difusão destaca-se entre os que têm maior conceito, mais rapidamente. É aonde existem as maiores e conseqüente participação das comunidades nos diversos estilos deste instrumento de comunicação.

A existência desse veículo, tem sua presença marcante e imorredoura no sentimento e hábitos do cidadão brasileiro, não por que em sua maioria não existe poder aquisitivo suficiente para comprar outros meios mais caros de comunicabilidade, e sim porque a vitalidade do rádio tem sua penetrabilidade na maioria das horas do brasileiro em seu cotidiano sendo que são milhares os que só têm esse veículo.

Cada rádio independente dos padrões e suas estruturas, tem em todos os lugares, como uma mola propulsora do processo progressista das comunidades, em seus mais diversos parâmetros.

Quando uma emissora de rádio difusão completa mais um ano de existência, como a Rádio Humaitá, com sede em Campo Mourão, é mais uma etapa da História, de incontáveis personagens reais nas constantes modificações que o mundo de diversos patamares, faz a cada instante.

Essa vigorosa emissora mourãoense tem, a cada momento, levado sua sonorização aos diversos lares e locais de trabalho daquela região de muitos costumes e comportamentos, que sabem como nós que aquela rádio, tem seu imprescindível papel no acultramento das diversas formações.

Por isso, não poderíamos deixar de registrar o terceiro aniversário daquela emissora, onde estão guardadas por certo, a maioria do passado em termos de memória, cujos reflexos constantemente a fazer-se presente na atualidade.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de voto de louvor ao prefeito Wilson Moreira, de Londrina, por medidas que possibilitaram, em poucos meses, a economia de 1 bilhão e 371 milhões aos cofres públicos, fato que deve servir de exemplo aos mais altos escalões do governo federal.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Desde que assumiu a Prefeitura Municipal de Londrina,

Wilson Moreira implantou uma administração de austeridade com o trato da coisa pública, fato inexistente na gestão de seu antecessor. Com medidas de contenção em todos os setores, desde o consumo de energia elétrica até cortes em despesas de viagem, o prefeito conseguiu para seu município uma economia de 1 bilhão e 371 milhões de cruzeiros, até o momento. É de se ressaltar que Wilson Moreira pegou uma Prefeitura falida, com uma dívida de 25 bilhões de cruzeiros, proporcionada pela construção de obras faraônicas ainda não concluídas que, efetivamente, não representam os anseios da comunidade. Se não fosse essa política de contenção, a própria sobrevivência da Prefeitura de Londrina estaria ameaçada.

O prefeito do PMDB está se saindo bem inclusive na renegociação da dívida, já tendo beneficiado Londrina com renegociações junto à Vega Sopave e o Banco Safra, possibilitando a economia de 1 bilhão e 200 milhões aos cofres públicos. Todo esse trabalho deve ser digno de aplauso e do reconhecimento público, servindo de exemplo para os tecnocratas do governo federal, a cada dia mais envolvidos em escândalos de corrupção e malversação de dinheiro público, sem falar em mordomias. Wilson Moreira está assim mostrando que a falência de uma administração não significa a sua inércia. Está, ao mesmo tempo, dando demonstração de grande competência - o que falta para o nosso governo federal - e justificando a sua escolha para responder pelos destinos da Capital do Café.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor presidente do Badep, através da Secretaria de Estado das Finanças, pedido de informações sobre os critérios adotados para o aval à Servix-Engenharia S/A, e com resposta aos seguintes quesitos:

1) Cronograma dos saques da mencionada firma junto ao Banco.

2) O dia da assinatura do contrato e o dia em que foi requerida a concordata.

3) Quais as garantias oferecidas no contrato, qual o estado dos seus envolvidos e se a cláusula que dispõe sobre garantias sofreu alguma alteração.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e à Sanepar, através da Secretaria de Estado do Interior, pedido de informações sobre os critérios adotados para licitação dos serviços de empresas especializadas em conservação, guarda e limpeza, tendo em vista a disparidade de condições exigidas pelos dois órgãos do governo do Estado para serviços de igual natureza.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa encaminhe apelo ao Excelentíssimo senhor ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, solicitando a instalação na cidade de Cascavel, de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - Cenea.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

As largas potencialidades econômicas do município de Cascavel, unidade pólo da região, acrescidas dos recursos já assegurados através do funcionamento de um ensino superior da melhor qualidade no campo agrícola, justificam a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - Cenea, por parte do Ministério da Agricultura.

Sede de vasta microrregião com 1 milhão e 100 mil habitantes, que se estende por 29 municípios, a maior produtora de soja e trigo do Paraná e de grãos em todo o País, Cascavel dispõe de uma modelar Faculdade, a Fecivel, que mantém inúmeros cursos dentre os quais o de engenharia agrícola, disciplina perfeitamente afim com as finalidades do núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola.

O município constitui, ainda, um dos significativos exemplos do êxito do cooperativismo que, através de dezenas de entidades prestadores de relevantes serviços ao desenvolvimento econômico e social da região.

A presença, ali, de organismos que aprimorem os meios de produção é da mais alta importância não só para o Paraná como também para o Brasil. O aperfeiçoamento da engenharia agrícola, elevando os padrões de ensino através de maiores conhecimentos e novas técnicas, resultará na formação de profissionais de níveis compatíveis com as exigências da agricultura nacional, dando ao nosso País melhores condições de competitividade no mercado externo.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo senhor Mário David Andreazza, digníssimo ministro do Interior do governo federal, os requerimentos em anexo, apresentados por este parlamentar, nesta Casa de leis, no dia 8 de junho próximo passado, onde são tratados diversos encaminhamento visando a implantação definitiva do Parque Marumbi.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado estadual que a este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o Regimento da Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Claus Magno Germer, digníssimo secretário de Estado da Agricultura, em especial ao senhor doutor Osmar Fernandes Dias, diretor presidente da Cafe do Paraná pela criação e instalação de uma unidade de integração na sede do município de Pérola, para que, a distribuição de sementes fique mais à mão do produtor e deste a opção de variedades; os tipos de insumos à melhor escolha de variedade; produtos agroveterinários, de imediato, para acudir as necessidades; e, máquinas agrícolas e seus implementos para tarefas de combate à erosão e preparo de áreas mais afeitas à mecanização.

Pérola é dos municípios que mais se destaca na produção agrícola formada por expressivo número de pequenas propriedades rurais e nada mais justo que nos juntemos ao desenvolvimento daquela célula municipal com melhoria e ampliação dos mecanismos de incentivo à produção.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado estadual Nelson Vasconcellos que a este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que

dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Claus Magno Germer, digníssimo secretário de Estado da Agricultura, em especial, ao senhor doutor Osmar Fernandes Dias, mui digno diretor presidente da Cafe do Paraná, pela criação e instalação de uma unidade de integração da Cafe do Paraná, no município de Icaraíma como pressuposto de se aumentar o apoio à produção rural com a colocação mais próxima dos sistemas de distribuição de sementes, insumos, produtos agropecuários e máquinas para o combate à erosão e conservação ou ampliação de estradas necessárias ao escoamento das safras.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor secretário dos Transportes, deputado DENI LINEU SCHWARTZ, para que o mesmo envie esforços no sentido de mandar estudar a viabilização do asfaltamento da estrada que liga Campo Mourão-Ararauna-Terra Boa.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso pedido de asfaltamento da citada estrada, pelo fato de ser ela o elo e importante ligação entre polos altamente produtores.

É do conhecimento de todos que a região servida pela estrada que pretendemos que seja asfaltada, é de vital importância para os moradores, visto ser ela veia de escoamento dos seus produtos primários.

Além de tudo, tal asfaltamento é um antigo sonho da honrada população ararunense que, honrada e ordeira, sempre contribuiu com o progresso da região e do Paraná. E por isso tal benefício, seria mais que um prêmio, seria uma forma de devolver aos ararunenses, um pouco do muito que já deram ao nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o senhor desembargador Alceu Conceição Machado, apelando no sentido de que, no projeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o Distrito Judiciário de Santa Rita d'Oeste, no município de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista que o distrito de Santa Rita D'Oeste, dista mais de 30 quilômetros da sede do município de Terra Roxa, ocasionando inúmeros problemas à sua numerosa população, no trato das causas judiciais.

Distrito administrativo criado há longo tempo, Santa Rita D'Oeste possui uma laboriosa população que de longa data vem reivindicando melhorias naquela rica região de Terra Roxa, inclusive com relação aos problemas judiciais.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo, que temos a certeza merecerá do Poder Judiciário o melhor de suas atenções, já que a sua finalidade, como sempre vem a de ser o trato da causa pública.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo senhor secretário do Planejamento, o senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando-lhe esclarecimentos sobre a destinação de uma verba, constante do Orçamento Geral do Estado, designada à UPES, e que até o presente momento não foi liberada à diretoria.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Sendo a UPES, uma entidade representativa do estudante secundarista do Paraná, de longa tradição de lutas, a serviço da causa democrática, e que tem como uma das bandeiras do ensino público e gratuito em todos os níveis de ensino, e que no presente instante, passa por enormes dificuldades financeiras, inclusive comprometendo todo o seu funcionamento, enquanto entidade representativa dos estudantes secundaristas do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor secretário do Interior e ao Excelentíssimo senhor presidente da Sanepar, solicitando extensão de rede de água e implantação da rede de esgotos no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Indispensável dizer que Cascavel é um dos municípios mais desenvolvidos de nosso Estado e que infelizmente ainda não viu seus problemas de infra-estrutura básica solucionados, cabendo protanto ao poder público imediatamente solucionar tais problemas.

A presente reivindicação já partiu do prefeito Fidelcino Tolentino e nós estamos apenas reforçando seu pedido por ser o mesmo uma questão de justiça e de reconhecimento aos imensos esforços efetuados por aquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor ministro da Previdência Social, apelando para que Sua Excelência determine o sobrestamento das ações judiciais propostas e a suspensão da ordem de propor novas demandas contra os municípios do Paraná, com o objetivo de cobrar dívidas previdenciárias. REQUER também, que do presente, seja dado conhecimento aos ilustres membros da representação paranaense na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Repousa o presente apelo, na esperança de que o ilustre titular da Pasta da previdência se capacite da situação de extrema dificuldade financeira ora suportada pelos municípios paranaenses, empobrecidos pela injusta distribuição do produto tributário, penalizados pela inflação delirante, a que não deram causa, e flagelados pelas últimas enchentes ocorridas em todo o sul brasileiro.

Não tem sentido, face a esse quadro dramático, a União entregar recursos e auxílios com a mão direita e capturar de volta, impiedosamente com a mão esquerda.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta

Casa se pronuncie solidária às reivindicações das classes produtoras do Paraná, representadas pela Cotriguaçu, Sudcoop, Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Associação Paranaense dos Suinocultores e Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná — CACIOPAR — consubstanciadas em documento endereçado pelas mesmas ao Excelentíssimo senhor ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, e que cópia desse mesmo documento seja apensado a este requerimento.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O documento que anexamos ao presente requerimento, justifica amplamente nossa iniciativa. Ele está embasado nas reivindicações básicas das classes produtoras, reiteradamente sustentadas pelas principais entidades classistas e com as quais sempre nos solidarizamos. Consideramos a concessão de moratória, pelo prazo mínimo de dois anos, para os agricultores comprovadamente prejudicados com as últimas chuvas e plena isenção de encargos financeiros acessórios, como das mais justas reivindicações e de imediata aplicação por parte do governo federal e seus agentes bancários.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor secretário dos Transportes, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de ser pavimentada a estrada que liga TERRA BOA A ARARUNA.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A estrada em tela atende uma região ricamente agrícola e serve aos munícipes de toda a região no escoamento de sua produção. A ali existente, com leito natural, está em péssimas condições, sendo que nem mesmo ônibus por ela trafega, o que traz prejuízos a todos os moradores dali.

Anotamos aqui a reivindicação do vereador Antônio Souza Pereira, que faz idêntica reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, no sentido de atender as reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Reunidos em Assembléia Geral no dia 07 de agosto último, em comemoração ao Dia do Produtor Rural (28/07) e diante dos problemas vividos especialmente pelo pequeno proprietário rural, os trabalhadores rurais de Engenheiro Beltrão, resolveram expor suas preocupações e suas reivindicações.

1. Baixa dos juros exorbitantes, que provocam o desestímulo da produção atualmente.

2. Extinção do Proagro, pois que da maneira como está sendo aplicado, é o principal fator de extinção do pequeno agricultor, parceiro, arrendatário e meeiro. Exemplo é o caso de que, ao cumprirem seus compromissos, se descapitalizam; porém, quando há frustração da safra, as exigências, a burocracia, e a má vontade na cobertura do seguro pelas instituições creditícias, levam a uma só conclusão: o seguro existe só para a cobrança, pois que para a cobertura não há amparo.

3. Outro ponto a considerar seria o modo como está sendo executada a instalação da energia elétrica para as propriedades rurais. O proprietário precisa vender sua propriedade, pois não consegue arcar com o alto custo e juros da instalação.

4. Incentivo para o plantio do café, pois que no município de Engenheiro Beltrão, mais de 60 por cento de sua área é apropriada para este tipo de cultura. Outra medida importante, seria a extinção do confisco cambial para o café.

5. Talvez uma das maiores preocupações existentes no momento, no setor agrícola, preocupação esta que também foi analisada pelo Sindicato, trata-se da transformação de terras produtivas e férteis, em pastagens. Este é um dos maiores crimes que se vem praticando no setor de produção agrícola, diminuindo extremamente o montante das safras.

6. Solicitam também, os trabalhadores rurais de Engenheiro Beltrão, através de sua entidade de representação, a execução da reforma agrária, para que todos possam ter seu pedacinho de terra; sugerem que as propriedades rurais não ultrapassem a quantia de 100 alqueires de terra, evitando-se os grandes latifúndios.

Estou certo que Sua Excelência, o secretário de Estado da Agricultura, não deixará de envidar os maiores esforços, no sentido de ver atendidas as justas reivindicações dos trabalhadores rurais de Engenheiro Beltrão, preocupados com o rumo da situação atual, no setor agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), solicitando que inclua nos planos de obras rodoviárias daquele órgão a construção de um contorno na BR-369, à entrada da cidade de Bandeirantes, no Norte do Estado.

Requer, ainda, após aprovação do presente, dê-se ciência à Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento da maioria dos membros desta Casa, o volume de acidentes de trânsito e atropelamentos vem crescendo a cada dia que passa, principalmente nas cidades cortadas por rodovias estaduais ou federais. Bandeirantes, no Norte do Estado, não foge à regra. Ali, o fluxo ininterrupto de veículos interestaduais, inclusive com caminhões de carga que demandam para outras partes do País, ocasionam acidentes de natureza diversa, trazendo danos à pavimentação asfáltica da cidade, e o que é pior: fazendo vítimas fatais em colisões e atropelamentos. Há muitos anos, a comunidade de Bandeirantes pleiteia a transferência da Rodovia BR-369 para longe da sede urbana ou simplesmente construindo um contorno urbano, Bandeirantes, com uma das maiores arrecadações de ICM do Estado, com o maior número de veículos "per capita" do Norte Pioneiro e a maior densidade demográfica da região, merece, agora, uma atenção especial no sentido de se ver livre desse mal que vem se abatendo sobre seus habitantes há mais de duas décadas.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de proceder a estudos com o fim de liberação de verba, destinada à Associação de Pais e Mestres da Escola Ribeiro de Campos de Goioerê.

Atualmente com uma população estimada em perto de

45 mil habitantes, o município de Goioerê é um dos mais progressistas municípios da região Centro-Oeste, contribuindo com o trabalho de seus munícipes, para a riqueza de nosso Estado. Porém, uma cidade como Goioerê, e em seu estágio de desenvolvimento, necessitaria de um pouco mais de atenção, no que concerne às instalações escolares.

No caso específico da Escola Ribeiro de Campos, através da sua Associação de Pais e Mestres, haveria a necessidade da liberação de uma verba no valor de 800 mil cruzeiros, verba esta, da qual a já mencionada Associação se compromete a prestar contas, e que se destina à ampliação e melhoria da Escola.

Por tudo o que foi exposto, conto com a costumeira atenção da Excelentíssima senhora Secretária da Educação diante da problemática escolar no Estado.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública e ao senhor diretor do Departamento de Trânsito, solicitando imediata intervenção na Ciretran de Barbosa Ferraz e o asfaltamento do responsável.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A evidência de que houve um derrame de carteiras de motoristas através da Ciretran de Barbosa Ferraz, leva-se a exigir o imediato afastamento do responsável pelo órgão, nomeação de um interventor, procedimento de um inquérito para apuração completa da questão e a busca e apreensão imediata das carteiras falsas. Alertado que o atual chefe da Ciretran é um membro do PMDB, e que isto poderia criar dificuldades internas, acredito que fazer parte do PMDB, não significa obter indulgência e o direito de impunidade. Pelo contrário, os membros do PMDB e do atual governo, do primeiro ao último escalão têm obrigação de oferecer exemplos de probidade e austeridade e de confirmar, na prática, de que desmandos e corrupção não são algo inerente ao poder.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa encaminhe apelo ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, solicitando a instalação na cidade de Cascavel, de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola — Cenea.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

As largas potencialidades econômicas do município de Cascavel, unidade pólo de vasta região, acrescidas dos recursos já assegurados através do funcionamento de um ensino superior da melhor qualidade no campo agrícola, justificam plenamente a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - Cenea - por parte do Ministério da Agricultura.

Sede de vasta microrregião com 1 milhão e cem mil habitantes, que se estende por 29 municípios, a maior produtora de soja e trigo do Paraná e de grãos em todo País, Cascavel dispõe de uma modelar Faculdade, a Facivel, que mantém inúmeros cursos dentre os quais o de engenharia agrícola, disciplina perfeitamente afim com as finalidades do núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola.

O município constitui, ainda, um dos significativos exemplos do êxito do cooperativismo que, através de dezenas

de entidades prestadoras de relevantes serviços ao desenvolvimento econômico e social da região.

A presença ali, de organismos que aprimorem os meios de produção, é da mais alta importância não só para o Paraná como também para o Brasil. O aperfeiçoamento da Engenharia Agrícola, elevando os padrões do ensino através de maiores conhecimentos e novas técnicas, resultará na formação profissional de níveis compatíveis com as exigências da agricultura nacional, dando ao nosso País melhores condições de competitividade no mercado externo.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa encaminhe apelo ao Ilustríssimo senhor Delegado Federal da Agricultura, Roulieu Basaglia, solicitando a instalação na cidade de Cascavel, de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola — Cenea.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

As largas potencialidades econômicas do município de Cascavel, unidade pólo de vasta região, acrescidas dos recursos já assegurados através do funcionamento de um ensino superior da melhor qualidade no campo agrícola, justificam plenamente a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - Cenea - por parte do Ministério da Agricultura.

Sede de vasta microrregião com 1 milhão e cem mil habitantes, que se estende por 29 municípios, a maior produtora de soja e trigo do Paraná e de grãos em todo País, Cascavel dispõe de uma modelar Faculdade, a Facivel, que mantém inúmeros cursos dentre os quais o de engenharia agrícola, disciplina perfeitamente afim com as finalidades do núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola.

O município constitui, ainda, um dos significativos exemplos do êxito do cooperativismo que, através de dezenas de entidades prestadoras de relevantes serviços ao desenvolvimento econômico e social da região.

A presença, ali, de organismos que aprimorem os meios de produção, é da mais alta importância não só para o Paraná como também para o Brasil. O aperfeiçoamento da engenharia agrícola, elevando padrões do ensino, através de maiores conhecimentos e novas técnicas, resultará na formação de profissionais de níveis compatíveis com as exigências da agricultura nacional, dando ao nosso País melhores condições de competitividade no mercado externo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 117/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Sagrada Família", com sede e foro no município de Xambrê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se enquadra dentro das exigências legais para tal fim. Tem por objetivo geral, desenvolver ações que concorram para o atendimento da criança, não só dentro do conceito familiar, como também nas áreas de: educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

A documentação anexada ao presente, bem demonstra os

reais serviços prestados à comunidade pela referida associação.

Razão pela qual apresentamos o presente projeto, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 118/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Para fins de aposentadoria, fica autorizada a contagem de tempo de serviço não paralelo, prestado por professores e especialistas de educação, à CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS, atualmente denominada CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, até o ano letivo de 1.959.

Art. 2.º — A comprovação do tempo de serviço prestado será feita mediante declaração, certidão ou atestado, fornecidos pela diretoria Estadual da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, nascida em 29 de julho de 1.943, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, graças ao entusiasmo idealista de Felipe Tiago Gomes, durante largo espaço de tempo, em vários Estados do Brasil, colaborou decisivamente com os poderes públicos, criando e mantendo escolas primárias, de primeiro ciclo e de segundo ciclo, a maioria delas em locais onde o poder público não havia conseguido chegar.

Seus primeiros tempos foram difíceis, pois, idealizada à base da contribuição comunitária espontânea, somente conseguiu sobreviver graças ao idealismo de professores, administradores e funcionários abnegados, que se contentavam em trabalhar sem remuneração fixa e durante muitos anos até sem remuneração alguma — percebendo algum valor pecuniário quando eram recebidas subvenções federal, estadual e municipais, por sinal bastante reduzidas.

No Paraná, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, iniciou suas atividades no ano letivo de 1.949, criando em março daquele ano o Ginásio Professor João Cândido que, graças à visão e à compreensão dos educadores e homens públicos paranaenses, funcionou nos prédios do Colégio Santa Maria, Instituto de Educação do Paraná, Grupo Escolar 19 de Dezembro e Grupo Escolar Professor Lysímaco Ferreira da Costa, tendo sido, mais tarde, elevado ao ensino de segundo ciclo, sob a denominação de Colégio Professor João Cândido. Em março do ano de 1957, foi criada a Escola Técnica de Comércio Visconde de Cairu, ofertando o curso técnico de Contabilidade, que funcionou a partir do ano de 1.958. Posteriormente, foram citados ainda o Ginásio Professor Luiz César, no bairro do Hugo Lange, e a Escola Técnica de Comércio Brigadeiro Eppinghaus, no bairro do Jardim das Américas.

As duas primeiras escolas, por terem sido as pioneiras no Estado, foram as que tiveram seu corpo docente e administrativo mais sacrificados, pela quase total falta de numerário a tal ponto que, a partir de 1.959, somente puderam sobreviver através da participação direta do poder público estadual, mediante o pagamento dos mesmos por alto designativo de aulas suplementares. Assim, esses professores tiveram seu tempo de serviço computado como funcionários públicos estaduais, para todos os efeitos legais, porque designados por ato do Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

Em vista disso, nada mais justo que, pelo menos para efeito de aposentadoria, autorizar-se a contagem do tempo de serviço prestado pelos antecessores que suportaram sobre seus

ombros e levaram avante aquelas duas primeiras escolas da Campanha, em Curitiba.

PROJETO DE LEI N.º 119/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Lotus n.º 1284 - "O Direito Humano" — com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1.983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Lotus número 1284 — "O Direito Humano", é uma entidade de fins beneficentes e culturais, legalmente constituída nesta Capital, e que vem prestando serviços assistenciais e filantrópicos à sociedade curitibana, dentro de suas finalidades estatutárias, desde a sua fundação.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas no estatuto da utilidade pública vigente em nosso Estado.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. presidente, srs. deputados.

Vimos à tribuna hoje, talvez até desde algumas vozes do nosso próprio partido, para reafirmar a nossa posição de sempre.

Acontece que urge um posicionamento nosso em defesa daquilo que o povo brasileiro conquistou com muita luta e muita garra. (lê):

"Desenvolve-se nos dias de hoje, em nosso País uma intensa verborragia contra o que estão a chamar de crescente estagnação de nossa economia. Ou por outra, crescente socialização...

Tal campanha chega às raízes do absurdo: fala-se que as estatais seriam responsáveis por 70 por cento da produção e, apenas 50 por cento do volume de emprego.

Entretanto, estudos sérios do Prof. Dércio Munhoz revelam o contrário: as estatais respondem por 15 por cento do faturamento total do País, freqüentemente atuando em setores os menos rentáveis da economia, como é o caso da Petrobrás, que refina, mas não distribui — distribuição que se encontra nas mãos de grandes multinacionais como Esso, Shell, etc.

Por outro lado, o chamado "déficit das estatais" é acrescido dos financiamentos obtidos por essas empresas, além dos recursos garantidos pelo tesouro. É como se uma empresa particular pudesse ser considerada deficitária pelo fato de obter créditos.

E é exatamente porque nossas estatais são bem administradas, exatamente por elas terem crédito, terem credibilidade, que o ministro Delfim Neto usou-as para obter os dólares necessários para compensar os furos no Balanço de Pagamentos. E muito das dívidas em moeda estrangeira, contraída pelas estatais, além de não terem sido utilizadas por elas, cresceram astronômicamente com a malfadada maxidesvalorização determinada pelo FMI em fevereiro passado. Aliás, tal drama atingiu também nossas empresas nacionais, hoje à beira da falência".

O problema nacional está no processo de democratização do Estado, e não na ausência do Estado no campo eco-

nômico. Porque a democracia que sonhamos, é uma democracia não meramente a política, mas também uma democracia econômica, onde as estatais têm papel preponderante.

Frente à crescente asfixia de nossa economia, fruto da política recessiva determinada pelos banqueiros internacionais — como bem demonstra o recente “Documento dos Empresários” — há quem se iluda, pensando encontrar soluções deslocando o que seria o adversário mais frágil, as nossas empresas estatais. Ao contrário, isto dificultaria sobremaneira a já difícil situação de nossas empresas privadas nacionais.

Em um momento como este, em que por exemplo, é tão urgente a nossa autosuficiência em petróleo, é fundamental o crescimento da Petrobrás — bloquear seus investimentos é trabalhar contra o futuro, e o presente, do País.

No Brasil, a ação do Estado na organização de empresas públicas, têm se revelado indispensável para avançarmos em direção do desenvolvimento integrado e autosustentado. É preciso democratizar o Estado, não ausentá-lo da economia. O desenvolvimento das estatais é necessário e cumpre importante papel para abrir espaço para o desenvolvimento da nossa empresa privada. Como afirma o recente “Documento dos Empresários”: “O desempenho eficiente” — destas empresas — “é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro.

Na verdade, os que criticam o excessivo centralismo das estatais, se não estão profundamente equivocados, revelam preferir o centralismo real e voraz dos oligopólios multinacionais”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. presidente, srs. deputados.

Realmente, não dá mais para agüentar. Os homens da área econômica do Governo Federal estão totalmente perdidos. Não existe qualquer sentido, nas últimas medidas que vêm sendo tomadas. Todas elas na base do archismo, sem qualquer fundamento ou estudo prévio para análise de suas conseqüências.

Basta, como exemplo, citar a tentativa de conter a inflação e baixar os custos das operações bancárias através da fixação de juros tomados trinta dias atrás, taxando-se a 5 por cento ao mês, fato que, além de não trazer resultados, determinou a paralisação de atividades e o não atendimento pelos bancos ao comércio e indústria, pois o custo do dinheiro tomado era maior que o pré-fixado para os empréstimos.

Nenhum mecanismo regulador foi acionado para controlar a captação. Dias após vendo o erro, nova alteração liberando a correção e fixando juros a 20 por cento ao ano. Porém, havendo aí mais vícios, pois, por falta de definições complementares, houve um enxugamento de dinheiro no mercado.

Tudo isto demonstra que as decisões são tomadas isoladamente, e até mesmo inconseqüentemente. Nada se faz, em termos globais. Não se tem uma política econômica nacional, e com isso as empresas cada dia mais preocupadas reduzem suas atividades e investimentos, a recessão aumenta e o desemprego é o fantasma de todas as manhãs. Enquanto isto, em Brasília, nada se faz para pelo menos minorar o problema, pois parece que os técnicos não vivem a realidade brasileira, que é a falta de oportunidade de trabalho de sub-emprego, de falência, de concordata, de diminuição do poder aquisitivo do povo. Como se tudo não bastasse, quando os políticos e o povo, esperavam que algo se fizesse para afastar os grandes responsáveis pelos fatos, ouvimos o presidente afirmar que “durante a tempestade, não se mexe na tripulação”.

Sr. presidente João Figueiredo, a tempestade está afundando o navio por negligência, imprudência e imperícia dos tripulantes da área econômica.

Ou mudamos os comandantes do processo, ou faltarão

botes salva-vidas para dar ao povo e na luta pela sobrevivência haverá mortos e feridos. Ainda há tempo. Hoje ainda se pode dar ao povo esperanças, porém, somente se consegue dar esperança, quem tem credibilidade. O povo ainda acredita no seu presidente, mas não consegue entender mais, porque o presidente João Figueiredo não substitui aqueles que não mais merecem um mínimo de crédito, pois sua impotência para solucionar os problemas brasileiros, tanto internos como externos, é patente. Tem que ser agora, ou já já o Brasil ficará em posição social perigosa e insustentável.

Sr. presidente, srs. deputados. Políticos têm que ser ouvidos, pois eles são os porta-vozes dos clamores do povo.

Chega de somente transferir aos homens eleitos diretamente a responsabilidade de ratificar. Queremos opinar, participar, ajudar e decidir. Chega de ter que votar um 2.045 simples e tão somente porque os tecnocratas assumiram a responsabilidade de aprová-lo. Se é necessário ou não, é outro aspecto. O que queria eram informações das negociações com o FMI antes do compromisso assinado. Agora, vêm os ministros da área econômica dizer que se o 2.045 não for aprovado não haverá acordo com o FMI. Isto é a coação. Novamente a coisa está feita e após ter assumido um compromisso sem consulta prévia, estão Delfim, Galvêas e Langoni, querendo jogar a responsabilidade em cima dos políticos.

É hora de se tomar posições. Precisamos todos juntos, unidos, lutar contra esse estado de coisas. pois senão setembro será negro para o Brasil, e para que isto não aconteça, o primeiro passo será a radical mudança de diretriz econômica, que só virá com a queda dos responsáveis pelo atual estado de coisas, os ministros da área econômica.

Por favor, presidente João Figueiredo. Ouça o povo, ouça os políticos e teremos um amanhã melhor.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, srs. deputados.

Registro prazeiramente a passagem do dia comemorativo à instalação dos Cursos Jurídicos do Brasil e por extensão na mesma data o dia do estudante, ocorrido na quinta-feira próxima passada, 11 de agosto, em razão do significado que representa em favor de uma sociedade que deseja ser juridicamente ordenada, economicamente estável, politicamente livre e socialmente justa.

Saúdo, portanto, a tantos quantos procuraram, através do conhecimento adquirido, estudantes e profissionais, aprender a ser; contribuindo com isso para melhoria da sociedade que a compõe.

Homenageio, em especial, com sentimento e com consciência, os estudantes que integram as associações atléticas, a Casa do Estudante Universitário e Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Destacando-lhes, pelo que representam nesse sentido, o comportamento e a participação histórica efetiva na construção do atual estágio material e conceitual de nossa instituição de ensino superior.

Essa nova geração de estudantes universitários, sob a égide da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e de diferentes origens, da própria cidade, do Estado, do País, e de outras Nações latinoamericanas, introduziram modificações acentuadas na herança social e cultural do meio pontagrossense.

Incorporou-lhes novas práticas, novos conceitos e novos valores na certeza de que o fazia para melhor, substituindo procedimentos, desmistificando atitudes e corrigindo certos equívocos.

A dedicação da comunidade universitária durante os últimos 13 anos após a criação da Universidade Estadual de Ponta

Grossa, pelo Decreto Estadual número 18.111/70 do governador Paulo Pimentel, possibilitou, através do estudo das Ciências e das Letras, do domínio da técnica, da ação social responsável e solidária da promoção cultural, das artes plásticas, da música e do teatro, uma integração maior com a vida da cidade e com os ideais do nosso tempo.

É indiscutível que essa geração ascendente será fator decisivo na formação do desejável homem do futuro, preparado convenientemente para o trabalho e dotado de comportamento crítico e ético de respeito à dignidade humana.

Vale lembrar sempre que se não existe um destino previamente traçado, cabe ao homem brasileiro, com perseverança e dedicação, conquistar o seu próprio destino.

Para tanto, "indivíduos mais instruídos tendem a afirmar-se como cidadãos e se são em maior número, a antecipar reivindicações democráticas".

A Universidade, por isso, se acha cada vez mais comprometida com os problemas da vida pública e cada vez mais envolvida com os apelos da sociedade em geral.

Se há a afirmativa de que a "Universidade é o reflexo da sociedade", a justificativa de sua existência é, por sua vez, a eficácia social que alcança.

Dentro do contexto geral da sociedade, a Universidade é a expressão da época, influenciando e sendo influenciada pelas forças, idéias e tendências predominantes; de outro lado, o Estado moderno compreende que, a aplicação de recursos em favor do ensino superior é um bom investimento para o desenvolvimento e o progresso da Nação, portanto, essas considerações dizem o porquê do entusiasmo e da importância da data de 11 de agosto e do justificado orgulho que o estudante universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa deve nutrir, na certeza de que saberá corresponder o que dele o Paraná e o Brasil tanto esperam.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta presidência tem a satisfação de registrar as presenças, em plenário, do Deputado Fabiano Braga Côrtes, ex-presidente desta Casa, dos prefeitos do litoral paranaense, sr. Acir Braga, prefeito municipal de Guaratuba, sr. Mário Koch, prefeito municipal de Matinhos, sr. Orlando Conforto, prefeito municipal de Morretes, sr. Gilbert Gonzaga Vieira, prefeito municipal de Antonina, e registra também, com satisfação, a presença dos srs. vereadores Antônio Vernílio, do Município de Floraí, sr. Alci Blajeski, vereador do Município de Ponta Grossa.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. presidente, srs. deputados.

Já não é a primeira vez que tratamos nesta Casa de problemas que afetam a agropecuária do nosso Estado, particularmente das regiões Oeste e Sudoeste que temos a honra de aqui representar. Temos procurado ser um permanente porta-voz dos reclamos, cada dia mais angustiantes, da população rural. Aos pronunciamentos acrescentamos requerimentos, projetos, indicações e, da tribuna, endereçamos apelos àquelas autoridades capazes de alguma coisa fazerem em favor, principalmente do pequeno agricultor e do pequeno criador.

Infelizmente, nosso poder de atuação não consegue ultrapassar os limites do discurso ou da proposição requerida. Depois disso, ficamos na dependência única da boa vontade dos governantes e dos tecnocratas enquistados no poder.

Em torno da aflitiva situação em que se encontra a avicultura também já manifestamos, dirigindo inclusive patético apelo pela não tributação do ICM sobre o setor, que anteriormente gozara de isenção mas que, por instância do próprio Governo do Paraná e decisão do Confaz, voltou, acabou sendo revogada para prejuízo dos criadores, trazendo negativos refle-

xos sociais.

Agora, entidades como o Moinho da Lapa, da Sadia de Dois Vizinhos, a Chapecó Paraná S/A Indústria e Comércio de Francisco Beltrão, o Frigorífico de Frangos Sudoeste Ltda. de Capanema, o Frigorífico Realeza de Realeza e a Galha Azul Avícola Ltda, de Francisco Beltrão, remetem-nos farta documentação, nos transmitem sua justificada preocupação ante a indiferença do poder público para com a avicultura, uma atividade que somente no Sudoeste do Paraná mantém um plantel de mais de oito milhões de frangos diários, ocupando a segunda posição na exportação de aves do Estado.

Entretanto, como bem descrevem os líderes daquelas organizações citadas, "a avicultura enfrenta hoje sua maior e mais terrível crise de toda sua história, com o abandono a que foi relegada e pela intrafegabilidade das estradas vicinais".

Resultado disso é que a criação, o abate e a exportação foram seriamente abalados, ocorrendo violenta queda da produção, vertiginosa redução de empregos e sério impacto social-econômico em toda a região.

Também o Paraná e o Brasil muito perdem com a dramática situação.

Dai mais este nosso apelo ao Governo do Estado e às autoridades federais para que adotem imediatas e eficazes medidas para salvar a avicultura de um total colapso. Providência imediata seria a isenção total de ICM na produção e comercialização do produto, além de moratória nos financiamentos já concedidos.

E, que o Governo do Paraná, conscientizando-se de que a isenção do ICM acabará trazendo maiores benefícios ao Estado do que a tributação, assuma a liderança de um movimento para restabelecer o benefício tão injustamente suprimido, fórmula ideal de reerguer o conceito profundamente abalado do Executivo Estadual junto aos criadores e produtores. Além disso, determine o governo ação rápida para recuperação do leito das rodovias vicinais seriamente avariadas pelas constantes chuvas.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Sr. presidente, srs. deputados.

No dia de hoje estamos entrando com um requerimento à Mesa desta Casa, formulado ao Confaz - Conselho de Política Fazendária, para que na sua próxima reunião, se examinem as possibilidades da redução do ICM aos carros usados.

Sabemos que até dezembro de 1981, o ICM de carros usados era de 10 por cento; a partir de janeiro de 82 esse ICM foi aumentado para 20 por cento, com o intuito de aumentar a arrecadação.

Mas isto não aconteceu, sr. presidente, srs. deputados, porque devido ao aumento do ICM, este aumento é transferido ao veículo vindo a ocorrer a diminuição na venda e na comercialização dos carros usados.

Hoje sabemos, através de contato diretamente com todos os revendedores das diferentes marcas de veículos em nossa capital, de que não se vende um veículo sem a entrada de um carro usado no negócio. E os pátios das revendedoras estão cada vez mais aumentando o número de veículos usados, fazendo com que o capital de giro destas empresas fique representado única e exclusivamente no estoque de veículos usados. E como um objetivo do Confaz, no início de 1982 era arrecadar, era aumentar o volume de recolhimento de impostos, aumentou o ICM fazendo com que, na realidade, houvesse uma diminuição.

Porque o ICM do carro usado é taxado em parcelas, ao passo que o ICM do carro novo, cujo veículo é de valor muito maior, ele é taxado na íntegra. Se dermos condições, para que haja uma melhor comercialização dos veículos usados, temos

certeza, senhor presidente, senhores deputados de que isto refletirá diretamente, na venda dos carros novos.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, a comercialização dos carros usados não reflete somente em aumento de arrecadação de ICM, ela reverte também, no aumento do número de empregos uma vez que o mercado e as atividades desse tipo de veículo é muito diversificado. Se não vejamos: também os segmentos que seriam atingidos com esta diminuição de ICM e conseqüente aumento de venda dos veículos. Reflete diretamente nas pequenas oficinas mecânicas, nas chamadas "boca de porco", onde são feitas as restaurações e as recuperações desses veículos.

Na comercialização do ferro velho, porque o carro usado, na sua maioria, suas peças são compradas diretamente dessas lojas e desses mercados de ferro velho, nas lojas de acessório onde fazem, onde se equipam estes veículos para colocá-los na praça em condições de rodagem.

Senhor presidente, senhores deputados, se somente isso não chegasse, a nossa maior preocupação afinal, é de que nós demos realmente condições para que o curitibano, para que o paranaense, para que o brasileiro, tenham condições de trabalho, abrindo a eles oportunidades para isso.

Era só, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. presidente, srs. deputados.

Não poderíamos iniciar o nosso pronunciamento sem externar o nosso mais intenso pesar pela morte do maior pensador católico do Brasil, Alceu Amoroso Lima, o nonagenário Tristão de Ataíde.

Tristão de Ataíde, representou sempre o pensamento de Puebla, segundo o qual, longe de ser o impecilho, a própria noção de pastoral deve estar na vanguarda dos movimentos de libertação do ser humano contra as forças que o oprimem.

É por esta razão que fazemos nosso e externamos o grande pesar pela morte deste grande humanista, deste grande filósofo, deste grande pensador enganado, Tristão de Ataíde.

E, se iniciamos com pesar, cabe também nesta fase inicial externar os nossos parabéns, e nós externamos ao deputado Ivan Gubert, que através de um pronunciamento coerente, profundamente comprometido, demonstra que acima de quaisquer fatores o espírito que o anima, que o motiva é a luta pelos interesses de uma população sofrida, de uma população encurralada, marginalizada à beira de nossa história, à beira do nosso universo. Razão pela qual o parabenizo pelo pronunciamento feito da tribuna desta Casa.

Mesmo porque, todos estamos e precisamos estar imbuídos de que transitoriamente somos parlamentares; de que, acima de quaisquer compromissos, temos um compromisso de coerência; antes de um governo, temos quem nos conduziu e é a figura suprema do titular absoluto a quem devemos dar conta e consciência dos nossos atos, que é a população que para nós olha e que de nós espera alguma resposta.

Há alguns meses, esta Casa aprovava um requerimento de nossa autoria, quando pedíamos, por exemplo, que fosse entregue à participação da Assembléia Legislativa do Estado a estrutura inicial do Orçamento do Paraná, para 84, porque entendemos que o Orçamento não pode ser inventário fechado e que o deputado precisa participar, dando contribuições, discutindo, realizando apelos para que o Orçamento de um Estado possa refletir, de fato, os anseios de nossa gente.

Estamos à espera, estamos aguardando que o Governo do Estado venha sensibilizar-se perante este nosso apelo, venha

imprimir de fato um novo rumo, venha sentir mais de perto as vozes do Poder Legislativo. Nós aplaudimos, por exemplo, a iniciativa de obras sociais, quando ouvimos falar em eletrificação rural, quando cerramos fileiras junto à meta que é construir casas populares, também para os moradores das ilhas dos nossos mares e dos nossos rios.

Nós entendemos que temas importantes...

O Sr. Gabriel Manoel — Permite um aparte, Sr. deputado?
O SR. TADEU FRANÇA — Já concederei o aparte, nobre deputado.

... temas importantes estão sendo tratados. Mas entendemos que precisa merecer um questionamento, precisa merecer a análise desta Casa e dos Parlamentares de todos os partidos as grandes propostas do atual governo. Eu me questiono, por exemplo, intensamente, quando vejo no "plano de governo" nada menos — e sem exagero — que a quantia será ainda superior a isso: um bilhão e cento e cinquenta milhões de dólares, recursos que seriam injetados na construção da hidrelétrica de Salto Segredo.

Creio que um tema desta envergadura precisa merecer o acompanhamento, a discussão de parlamentares do PMDB, do PDS para que, de fato, não venhamos a nos esquecer talvez de obras sociais intensamente reclamadas por nossa gente.

Não podemos prosseguir eternamente recebendo inventários fechados, e é porque lutamos, conclamamos e esperamos por um novo dia. Precisamos de energia elétrica, sim, mas a energia da qual nossa gente mais precisa, sem dúvida alguma, no atual momento, é a energia humana, é aquela que está, infelizmente, deixando de existir por falta de calor.

É por isso, senhores deputados, que preconizamos um novo tipo de Parlamento, capaz de discutir, capaz de entender que todo governo merece respeito e consideração, mas que a voz do Governo não é em absoluto a voz suprema em função da qual o Poder Legislativo deva curvar-se irremediavelmente.

Senhores deputados, é preciso iniciar esse novo dia, e é em função de que nós aqui estamos antes de favores especiais, antes de quaisquer compromissos, acima de tudo esteja o compromisso com a verdade, com a mesma simplicidade com que assumimos o mandato como deputado. No amanhã, poderíamos tranqüilamente voltar ao nosso trabalho profissional de cada dia, mas jamais haveremos de sobreviver que a tranqüilidade sem algum momento deixássemos de externar aquilo que, para nós, representa as convicções mais profundas em termos de condução da coisa pública. E para nós, no presente momento, representa uma inquietação profunda: a participação direta, intrínseca, soberana até do Poder Legislativo em todos os atos do governo do PMDB a quem nós, modestamente, ajudamos também a se constituir, neste Estado.

Concedo o aparte, pela ordem, ao deputado Gabriel Manoel, e em seguida para o deputado Odeni Mongrue.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, eu vejo Vossa Excelência hoje discorrendo sobre um fato que, para nós, não é novidade. Sabíamos perfeitamente que o governo de vossa excelência estava começando a se divorciar do povo. Tivemos, nesta Assembléia, onde embranquecemos os nossos cabelos, com grandes governadores: Jayme Canet na Arena, Ney Braga no PDS. E vossa excelência tem razão, porque nunca tivemos esse dissabor de extravasar a necessidade de participação do povo que ajudou a eleger os homens do Paraná. Diz bem vossa excelência, para que isto sirva de alerta.

Nós, como deputado que aqui viemos pela quinta vez, vemos uma vontade férrea de acertar. Vemos vossa excelência dizer a sua excelência o nosso governador do Estado, que é preciso dirimir e derivar para outros ares a liderança e a orientação paranista, para que o dinheiro do povo seja aplicado em benefício do próprio povo.

Perdoe se estou fazendo um discurso paralelo, mas vossa excelência hoje reage, e reage certo, pelo bem-estar dos para-

naenses. Reage para fazer jus aos homens, às mulheres e ao povo do Paraná, que o trouxe para esta Assembléia.

Meus parabéns, porque sentimos não poder dizer o mesmo dos nossos ex-governadores. Jayme Canet e Ney Braga estavam perfeitamente entrosados com a vanguarda de seu partido e o governador de vossa excelência que também tome este rumo.

Meus parabéns a vossa excelência, ao querer orientá-lo. Digo que continue assim, que o povo do Paraná há de reconhecer que seu voto não foi em vão.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, sr. deputado.

Concedo o aparte ao deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Obrigado, Deputado.

Gostaria, inicialmente, de destacar a coerência com que o ilustre deputado Tadeu França vem se comportando desde o primeiro dia que chegou nesta Assembléia.

Parabenizo com Vossa Excelência, sr. deputado. Sinto, na sua fala, a preocupação daquele que guarda perfeita coerência entre a pessoa e a palavra, como a demonstrar de que fundamentalmente o homem é a sua própria palavra. Não vale nem mais, nem menos. É a sua exata dimensão. E este exemplo vossa excelência hoje professor universitário que é, nos traz de maneira muito contundente, muito clara, uma atitude pedagógica que a tantos quantos aqui se encontram, que o ouvem e o acompanham, estão aprendendo.

Mas gostaria, sr. deputado, de salientar aqui um aspecto que julgo da maior importância e que as suas informações me trouxeram à mente. Diz respeito ao planejamento governamental. Sabemos que, nos países desenvolvidos, o planejamento governamental não é matéria exclusiva da competência do governo. Mas o planejamento governamental, coordenado pelo governo, é a manifestação da sociedade civil do País ou da Nação em questão.

É indispensável que comecemos, neste País, no nosso País, no nosso Estado, em nossos municípios, a adotar esta linha de comportamento, no sentido de que o poder constituído é muito mais o agente de coordenação temporal e histórico. É indispensável que a sociedade defina aquilo que deseja; que a sociedade manifeste as suas aspirações, os seus anseios e que ela, a sociedade como um todo, defina rigorosamente as suas prioridades. Então, da mesma forma como vossa excelência observa desta tribuna, gostaria de salientar aqui, que é indispensável, que situação e oposição, que o Poder Executivo e Legislativo tenham absoluta consciência dessa necessidade e passem a ouvir, tanto quanto possível, o maior número de segmentos para elaboração do respectivo plano de ação governamental.

Sabemos que cada político, nesse aspecto, ser o ponto mais estreito de capilaridade, na troca entre as necessidades da sociedade e ação administrativa e política de governo. E é por isso que eu quero destacar, acima de tudo, a sua fala, que é um reclamo para que o Poder Legislativo seja convenientemente respeitado, e assim entendido pelo Poder Executivo e tenha, conseqüentemente, em razão do que Vossa Excelência disse, e com relação ao que estamos ora aduzindo, com a participação mais efetiva do deputado, na elaboração do Plano de Ação Governamental, do atual período.

Meus parabéns, deputado Tadeu França. Espero acompanhar a continuidade da sua fala, recolhendo novos ensinamentos, que nos possibilitem, balizar as nossas atitudes, não apenas como legisladores, mas também, como fiscalizadores da ação do Poder Executivo.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, deputado Odeni Mongruel, pelo seu aparte, que muito nos orgulha, que muito nos honra.

Srs. deputados, é desta forma que nós entendemos a participação na próxima quinta-feira; estaremos debatendo atra-

vés da CPI da Falência dos Municípios, a asfixia de mais de uma centena de municípios, que hoje deve um bilhão e 100 milhões de dólares, a uma instituição de procedência e raiz voltada inteiramente para o americanismo, em termos de atuação municipal e que vem representando acentuada catástrofe de nossos municípios.

Para tanto, estaremos debatendo juntamente com o presidente do "Leasing", Banestado, deputados do PDS e do PMDB, uma saída para a crise dos municípios asfixiados pelo "Leasing", dr. Cristovão Soares Cavalcanti, e o próprio secretário das Finanças, dr. Erasmo Garanhão. Estarão conosco, razão pela qual convidamos todos os srs. deputados. Porque todos nós devemos uma resposta a estes 131 municípios do Paraná, que vêm cortadas as suas oportunidades de crescimento porque amordaçados estão por um empenho antecipado, da seiva vital maior de sua existência, que é o ICM. É porque entendemos a missão do governo, como uma missão de compromisso formal com a coerência, que externamos também e formulamos o nosso apelo para que a presidência do Banestado, tão bem ocupada pelo dr. Léo de Almeida Neves, venha a representar uma solução de continuidade, que harmonize, numa força conjunta, a solução técnica da qual precisamos e a solução política, sem a qual qualquer aleijão fatalmente viria a acontecer.

Fazemos nosso também este apelo, porque entendemos e temos absoluta convicção de que não será o PMDB quem haverá de cassar pela segunda vez, quem no passado já foi arbitrariamente cassado pelo AI-5, como foi o então deputado Léo de Almeida Neves.

Srs. deputados, na área da educação, queremos revelar também uma inquietação nossa, uma inquietação profunda. Professores universitários de Maringá, de Londrina, de Ponta Grossa, estão atualmente, centenas deles, numa situação difícil, e fazemos questão de esclarecer aos srs. deputados.

O professor universitário, geralmente, na área de ciências humanas, é alguém que antes de chegar à universidade, foi aprovado em concurso público, pelo governo, pela secretaria de Estado da Educação.

Muitas vezes esse professor ficou dez anos ou mais, sem poder se submeter a um concurso, porque não houve regulamentação específica no passado sobre a realização dos concursos públicos.

E o que é que se exige atualmente desse professor universitário? Que ele renuncie a um dos padrões que ele é titular, através da rede oficial de ensino, para que possa continuar trabalhando nas universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, isso quer dizer, o professor que sai do Paraná pode, em muitos casos, se manter com o direito pelo menos ao padrão de que ele é titular no Paraná, sem ônus para o governo do Paraná.

Agora, o professor que trabalhou anos a fio e que solicita permanecer com o seu padrão sem ônus para o governo do Paraná, porque ele vai trabalhar numa universidade, trabalho este para o qual ele passou por um curso de pós-graduação pelo menos são especialistas, são mestres, são doutores, este professor está agora sendo obrigado a renunciar a um dos seus padrões, pois, segundo entendimentos, estaria acumulando cargos.

Nós entendemos que é hora de participarmos mais e não criarmos problemas onde não existem. Os senhores deputados mesmo viram, entre tantos convocados pela tal Comissão de Acumulação de Cargos, o meu nome, pelo fato de ser também titular de dois padrões do Estado e, no passado, professor universitário, não há prejuízo para o Governo de forma alguma, pois o professor que trabalha doze horas por dia e deixa um padrão à disposição, está simplesmente recebendo o mínimo de consideração por um trabalho para o qual ele não é remunerado, para um trabalho do qual ele foi titular, às vezes, durante dez anos ou mais, como suplementarista, sem ter recebido o

13.º salário, sem ter tido qualquer direito ao Fundo de Garantia, absolutamente nada numa situação para a qual eu conclamo a participação dos deputados do PMDB e do PDS, porque está na hora de agirmos em conjunto.

A verdade é que estamos sabendo das coisas, quando elas já estão praticamente consumadas e é em nome da salvaguarda do Poder Legislativo que temos que começar a tomar novas atitudes para não repetirmos aqui em pleno tempo de abertura democrática, os modelos dos governos autoritários de outrora.

O sr. Odeni Mongruel — Vossa excelência concede um aparte?

(Assentimento)

Sr. deputado, com certeza falo em nome da bancada do PDS nesta Casa, não me foi colocada de forma expressa essa autorização, mas pelo que conheço dos meus companheiros, tomo a liberdade de fazê-lo em nome de todos nós.

Queremos, desculpe, está aqui o nosso líder nos passando justamente essa autorização para fazê-lo.

Não nos colocamos inteiramente à disposição do deputado para nos integrar a este movimento, que objetiva conseguir junto ao Poder Executivo um tratamento histórico, adequado aos professores de ensino superior do Paraná, em especial àqueles que como vossa excelência já citou, integram hoje os corpos docentes das universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e eu incluiria ainda algumas faculdades isoladas, mantidas pelo sistema estadual de ensino superior, destacando, por exemplo, a Faculdade de Belas Artes, aqui da capital do Estado.

Então, são tantos professores que exerceram o seu trabalho, o seu mister, com muita dedicação, capacidade e espírito de luta e resignação. Esses professores, os mais antigos que estou me referindo, ligados à administração direta do governo do Estado do Paraná, indiscutivelmente foram verdadeiros bandeirantes do ensino, da ciência e da técnica do interior do Estado do Paraná. Há mais de trinta anos foram criadas as faculdades estaduais, muitos professores estão beirando justamente trinta anos de trabalho e sempre num processo de remuneração insuficiente, inadequado e até comprometedor ao conceito do professor como profissional na área do magistério.

E a verdade deve ser dita: esta situação agravou-se no exato momento que foram criadas as universidades estaduais e as onze faculdades isoladas por força da lei número 5540/68 que instituiu o sistema fundacional no ensino superior brasileiro. O Paraná não poderia ficar atrás e assim o fez, reorganizou o seu ensino superior, porém, como estes professores eram remanescentes de faculdades isoladas ligadas à administração direta, ficaram numa situação difícil de atendimento, porque o regime fundacional pela sua própria natureza jurídica exige o tratamento do vínculo empregatício através da Consolidação das Leis do Trabalho, enquanto que as faculdades isoladas até então num processo de administração direta tinham as atividades de magistério regidas por estatuto próprio. E essa dicotomia entre o tratamento da administração direta de um lado e o tratamento da administração indireta do outro, trouxe uma série de desencontros sendo quase impraticável o tratamento igualitário, o tratamento equivalente entre os professores de um sistema e de outro.

Se de um lado temos na Consolidação das Leis do Trabalho, o 13.º mês, a correção semestral dos salários, o professor estatutário ligado até então à administração direta e remanescente do que hoje se chama um quadro em extinção, fica sem o 13.º e sem a remuneração semestral e é indispensável ao professor, que se faça como vossa excelência muito bem desta tribuna clama, apela a todos os companheiros desta Casa, indistintamente, sejam eles deputados da situação ou da oposição para que juntos caminhemos para onde estão as autoridades competentes do Executivo e procuremos resolver um problema, que como vossa excelência colocou, não é um problema. Problemas são outros. Problemas da realização de obras é tratamento equânime a tantos quantos façam por merecê-lo e

não criar situações de dificuldades maiores impedindo que professores que historicamente tanto fizeram em favor do ensino superior paranaense e que hoje são responsáveis por grande parte do conceito que desfrutamos pelo contexto do ensino superior brasileiro fique à mercê de um tratamento realmente justo.

Então, queremos, professor, a bancada do PDS nesta Casa, com certeza com seus companheiros de bancada do PMDB, somar desde logo uma força e levar a nossa energia e a nossa contribuição para que de uma vez por todas, esses problemas sejam resolvidos a nível de governo do Estado, para que possam os professores que, em verdadeira ação de bandeirante na área da educação, da cultura deste Estado, desbravar o Paraná e implantar escolas, criar universidades, gerar faculdades e terem participação preponderante no processo de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, fiquem num futuro, à mercê de um tratamento realmente inadmissível, que nos leve a uma fase de total desconhecimento e descrédito, atitude injusta por parte da sociedade paranaense manifestado através de ações governamentais.

Meus parabéns, sr. deputado, e desde logo a nossa disposição de caminharmos juntos esta caminhada.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — É a situação ora vigente. São exatamente os professores pioneiros que estão sendo, no momento, literalmente encurralados pela presente situação.

Na próxima sexta-feira, estaremos em reunião com os professores da Universidade de Maringá, afetados por esta infeliz problemática, para tentarmos sensibilizar e para adiantar, srs. deputados, estaremos conversando com o idoso professor que à beira da aposentadoria está sendo coagido a pedir renúncia a um padrão seu e que em tempos de outrora foi professor até mesmo do atual vice-governador, João Elísio Ferraz de Campos.

Srs. deputados, temos que somar esforços em termos de encontrar soluções para todas as áreas, estamos apresentando a esta Casa um pedido para que o problema de professores, o problema de vagas para o Magistério, seja sanado através de um concurso público, em 84, de ingresso ao pessoal do magistério.

Que esse concurso não seja como foram os outros; um professor do sul, que faz concurso pelo norte, e depois é obrigado a abandonar aulas naquele local, para voltar ao seu local de origem ou vice-versa.

Estamos pedindo que o concurso seja por Inspetorias Auxiliares de Ensino. O professor do Paraná só deve prestar concurso na cidade onde vive, porque o melhor professor para um município é aquele que vive no município, que está engajado com os problemas da municipalidade, e estamos solicitando também, para que este professor assuma um compromisso de pelo menos durante o estágio probatório, lecionar na cidade onde ele vive, por onde se inscreveu, em cujo meio ele está inserido.

Srs. deputados, em toda parte assistimos a sucessão de problemas, de crise, de violência, de busca de caminhos.

Hoje vivemos o ciclo dos desempregados em nome do recesso econômico, é bem verdade, Srs. Deputados, no próximo ano, somado ao exército atual dos desempregados, virão outros inúmeros desempregados, serão os herdeiros gerados pelo FMI, serão os desempregados do Fundo, do FMI.

A atual oferta de empregos no País, srs. deputados, é a mais baixa dos últimos seis anos, segundo pesquisa do SINE, a média ponderada do nível de disponibilidade total de trabalho nos dez municípios metropolitanos...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a vossa excelência que seu tempo está esgotado. Conceda-lhe no entanto, um minuto para concluir.

O SR. TADEU FRANÇA — Apenas para concluir, em nosso dia a dia, a situação é cada vez mais caótica. É impossível

concluir nosso pronunciamento neste instante, com ainda três páginas datilografadas...

Sr. presidente, peço que vossa excelência considere como lido o meu discurso, para efeito dos trabalhos desta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência atende vossa excelência e considera como lido o seu pronunciamento.

No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. presidente, srs. deputados.

Tramita nesta Casa um projeto de lei de autoria do deputado Rubens Bueno, Orlando Pessuti, Sabino Campos e com a nossa anuência, estabelecendo uma legislação alternativa no que diz respeito aos agro-tóxicos usados no Estado do Paraná.

Mesmo projeto foi apresentado no Rio Grande do Sul, aprovado, o governador vetou, e por unanimidade as bancadas do PDS, do PDT e do PMDB derrubaram o veto do governador e o projeto foi aprovado, e o Rio Grande do Sul tem hoje uma lei própria no que diz respeito aos agro-tóxicos.

Estamos aqui hoje para fazer um apelo aos deputados desta Casa, no apoio deste projeto, para que consigamos colocar um basta na legislação de 1934, do governo federal, que rege esta matéria, e que ainda hoje é regulamentada através de portarias do Ministério da Agricultura.

Mas, a principal força deste projeto que o Paraná apresenta, se resume na necessidade de termos um projeto de lei que regule esta matéria, visto que, análises de água que a Surhema detectou no Estado do Paraná, 90 por cento da água consumida daquelas análises demonstraram possuir contaminação por agro-tóxicos e pesticidas.

Todos nós sabemos dos efeitos multagênicos, teratogênicos que os pesticidas causam aos seres humanos. E não podemos continuar regidos por uma lei defasada de 1934, e regulada por portarias, que inclusive se dá ao luxo de ter uma legislação para produtos destinados ao mercado exterior e uma legislação para produtos destinados ao consumo interno.

Para citar apenas um exemplo, o agro-tóxico chamado Endossulfã, que tem um prazo de carência, quer dizer, o tempo que tem que se parar de aplicar o produto antes da colheita do café, que é um produto de exportação de 120 dias, ou seja, o agricultor tem que parar antes da colheita, de aplicar este produto, 120 dias antes da colheita, para o café que é o produto para o mercado de exportação, e a batata, que é um produto para o mercado interno, o prazo de carência é de um dia. Apenas um dia, tal qual o organismo dos brasileiros fosse diferente do organismo dos Estados Unidos, da Alemanha, da França e do Japão.

Outra questão grave que precisamos tomar uma decisão de termos uma legislação alternativa no Paraná, é o resíduo, para citar o mesmo exemplo, o Endossulfã, o resíduo permitido para o produto, como o café, que é o produto de exportação, é de 0,01 parte por milhão. Para o consumo da melancia, o resíduo permitido é de 0,02, ou seja, vinte vezes mais do que para o produto de exportação, inclusive com detalhes importantes que sejam esclarecidos.

Apenas a região metropolitana do Paraná gasta um excesso de produtos com dosagem acima das recomendadas anualmente na pulverização de hortaliças e de batatas, a quantidade de três bilhões de cruzeiros por ano, onerando o custo de produção, de forma desordenada, com uma legislação aberta, para que as empresas, grandes empresas nacionais e a maioria multinacionais, façam deste mercado livre o que bem entendem em nossa Pátria. Além disso, produtos produzidos nos Estados Unidos, como os produtos clorados à base do DDT, proibidos lá, são aqui permitidos, assim como a proibição do mercúrio foi detec-

tada no ano passado, quantidades de mercúrio na aveia, no Estado do Paraná, a aveia que foi para os armazéns, e posteriormente foi para as indústrias, para se fazer com ela papas e servir-las às crianças, com mercúrio contaminado.

Desta forma, venho à tribuna fazer um apelo para que — brevemente este projeto estará em discussão nesta Casa — possamos, a exemplo de outros Estados independentes, termos uma legislação própria, definida, para que possamos começar a coibir os abusos que se praticam nesta área.

Muito obrigado, sr. presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sr. deputado Caíto Quintana, no Horário da Liderança do PMDB, por 10 minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“Senhor Presidente, senhores Deputados.

Com pouco mais de quatro anos de duração, o atual Governo Federal está mandando para o Congresso Nacional a sexta política salarial.

Sob o signo de ameaças, o Decreto-Lei 2045 está sendo hoje lido no Congresso Nacional.

As constantes mudanças, por si só, que infelizmente não representam a continuação de melhorias para a classe trabalhadora, mas ao contrário, são conflitantes, dizem de perto do desacerto da política econômica e deixam claro que as leis são feitas ao sabor das pressões e imposições, e desfeitas sem a mínima consideração aos anseios dos trabalhadores e um total desrespeito aos representantes do povo.

Senhor Presidente, nobres Deputados.

— As faixas salariais são unificadas e os reajustes de salários são fixados em até oitenta por cento do INPC.

Frisamos aqui o “até oitenta por cento do INPC”, pois o decreto em questão abre espaço às empresas para reajustes menores, desde que comprovem insuficiência econômica.

Este é um precedente muito sério e que, se aprovado, poderá levar a infindáveis problemas, pois não se fixa em até quanto a empresa pode propor a reposição em razão de dificuldades financeiras.

Afinal, para a empresa não é fixado limite algum, e fica sempre a pergunta: e se o empresário resolver que não tem condições de dar mais do que setenta, sessenta ou cinquenta por cento do INPC? Isto é colocar o trabalhador totalmente nas mãos dos empresários, com consequências imprevisíveis!

Este decreto é arbitrário, pois leva em consideração apenas o interesse do empresário em dificuldades, sem falar as causas destas dificuldades. E o trabalhador, sabidamente em dificuldades há muito tempo? Nada o protege?

Como coroamento, o Decreto-Lei 2045 finaliza preceituando que a taxa de produtividade será limitada à variação do PIB “per capita”. Como o produto interno bruto nacional, em razão dos desacertos dos donos do poder, tem apresentado taxas negativas nos últimos anos, temos que o índice de produtividade antes negociado entre patrões e operários, a partir de agora será igual a zero.

Aqui caberia outra pergunta: será que todos os segmentos do setor econômico, indistintamente, tiveram produtividade zero nos últimos anos? Certamente que não. Então, novamente esta generalização crucifica o trabalhador, premiando alguns empresários.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

O Decreto-Lei 2045 não pode ser aprovado. Não há argumentos razoáveis que o justifiquem.

Não pode o assalariado, a cada reposição semestral, perder vinte por cento ou mais de seus já minguados salários, isto é, ficar vinte por cento mais pobre. Ou será que se pretende tornar os pobres mais miseráveis?

Argumenta-se que a atual semestralidade provocou considerável índice de rotatividade nos empregos.

Puro engano.

O que houve foi a manutenção de elevadíssimas taxas de rotatividade já existentes, fruto da imperfeição de nossa legislação trabalhista, que permite a demissão dos empregados sem justa causa. Deste modo, a angústia do trabalhador de ser demitido a qualquer instante não é devida à política salarial, mas sim ao crescimento sistemático do desemprego, causa imediata da atual política econômica recessiva do Governo, inadequada e suicida para a atual realidade brasileira.

Também dizer-se, como tem apregoado o Ministro Delfim Neto, que a baixa remuneração dos trabalhadores aumenta a competitividade da economia no mercado externo, através da redução de custos e ampliando nossas exportações, não pode ser levada a sério, pois significa simplesmente colocar toda a Nação brasileira para trabalhar mais e ganhar menos, em proveito de meia dúzia de banqueiros internacionais.

Por outro lado, fundamentar-se o arrocho salarial na necessidade de se diminuir a inflação, é um erro primário. Afinal, se o salário alto inflaciona, porque os baixos rendimentos dos últimos anos não brearam a alta de preços?

Ademais, nivelando-se a reposição salarial para todas as faixas de rendas, não se está diminuindo a massa de dinheiro em circulação. Ao contrário, apenas se está transferindo renda das classes mais baixas para as mais privilegiadas, deturpando ainda mais a política de justa distribuição da renda nacional. Aliás, é notório que a causa primeira da inflação não são os salários brasileiros, sabidamente baixos, mas o astronômico déficit público interno que caminha para os vinte trilhões de cruzeiros até o final do ano.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Estas considerações não são apenas retórica da Oposição. É preciso lembrar que o Senador pedessista Carlos Chiarelli, nada menos do que vice-Líder do Governo, fez duras críticas à sucessão de decretos-leis, acentuando que a bancada situacionista não deveria votar o 2045 sem maiores esclarecimentos sobre sua eficácia.

Fica o exemplo a ser seguido.

O aprofundamento da crise social e econômica do Brasil está a exigir uma tomada de posição da classe política.

Não podemos nos amedrontar com as ameaças de que a não subserviência aos interesses dos FMI pode levar à decretação do estado de emergência e ao fechamento do Congresso Nacional.

O povo precisa ser ouvido. Os representantes da maioria do povo brasileiro são contra a aprovação das mudanças propostas na lei salarial.

A afirmação de independência da classe política nacional deve começar pela derrubada do Decreto-Lei 2045, que levará ao rompimento com os banqueiros internacionais e ao fim da espúria ingerência do FMI nos negócios internos do Brasil, reolocando nosso País no caminho independente que a Nação reclama, espera e terá, temos certeza!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Roberto Requião, por dez minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Os jornais do fim de semana vieram carregados com notícias sobre o apodrecimento do regime e a progressão da recessão econômica. Empresas fecham, o Estado não investe e a construção civil chega ao crescimento zero.

A "Folha de São Paulo" nos informa em notícia de primeira página que a capacidade ociosa da indústria paulista chega a trinta por cento e que apenas uma estrada de rodagem está sendo construída no País pelo DNER. É a mesma "Fo-

lha" que anuncia que o monstro da recessão começa a mostrar as suas garras. O País joga o seu desenvolvimento pelas janelas. Empresas especializadas em tecnologia sofisticada, extinguem-se e seus especialistas desempregados se dispersam. Milhões de dólares investidos em acumulação de conhecimento e transferência de tecnologia, desaparecem como que em um passe de mágica.

Em Brasília, o Deputado Maluf canta um espaço agrícola, tece loas à luz do sol, proclama o milagre da fotosíntese e se prepara para proferir a frase esperada pelos rapazes do Fundo Monetário Internacional.

O Brasil é um País de hortelãos; deixemos a tecnologia de ponta para os americanos. O entreguismo se assume descaradamente e propõe um candidato para a Presidência da República. Para os brasileiros, as batatas. Para o pessoal do Fundo Monetário Internacional, as indústrias de computadores, os bancos e o que resta de política mineral nacionalista. Para os ingênuos que insistem em não pensar politicamente na situação brasileira, sorrisos, jantares, cortesias, blandícias, regalos e envolvimento; para o povo, um decreto que subordina as Polícias Militares à Presidência da República e o controle da natalidade.

Uma república de hortelãos e mulheres esterilizadas.

Mas, para sermos universais, vamos cantar a nossa aldeia. Nosso Secretário do Planejamento em "release" distribuído à imprensa no dia 10 de agosto, afirma que, como convém a um Governo responsável, que foi eleito para administrar o Estado e não uma crise, as medidas que propõe e que estão no âmbito de sua esfera de competência, visam o médio e o longo prazos.

Permito-me discordar e o faço desta tribuna em homenagem à nossa proposta de democracia transparente: não se trata de desestabilizar um Secretário, de questionar procedências e origens partidárias. Trata-se de estabelecer a discussão política sobre questões que interessam os partidos, à Assembléia e ao povo do Paraná.

De resto, como todos os Deputados do PMDB, certa feita fui consultado pelo Governador José Richa sobre minha opinião em relação a quem deveria ocupar a Pasta do Planejamento.

Na época ofereci meu apoio ao nome do atual Secretário Belmiro Valverde. Hoje, não tenho motivos suficientes para mudar de opinião. Mas, não abro mão da crítica e do direito de discutir o programa de Governo. Em primeiro lugar, não estamos administrando a médio e longo prazo, estamos propondo um plano para o curtíssimo prazo de três anos e é o prazo que teremos a partir do próximo Orçamento. Em segundo lugar, se é verdade que não podemos a partir do município e do Estado definir políticas de emprego, que estão na esfera de competência da União, não é menos verdade, que temos que definir uma política social de desemprego.

Teremos 320 mil desempregados no Paraná até o fim do ano. E convém a um governo responsável, como deve ser o nosso Governo e como quer que ele seja o Secretário Valverde, a preocupação com o destino e com os direitos desta gente. As tradicionais políticas responsáveis, de colocar a polícia na rua enquanto se concentram recursos a longo prazo em projetos como — Salto Segredo —, em empréstimos de 150 milhões de dólares do BID, esterelizado em municípios de menos de 50 mil habitantes, gerando, exclusivamente, juros e serviços da dívida, não podem mais ser aceitos pela nossa sociedade.

Não podemos substituir a discussão ampla dos problemas do Estado pela sociedade, pela criação de alguns conselhos ligados às Secretarias de Estado.

Esta república conciliar, se assemelha à organização da "Carta del Lavoro" e exclui o povo da participação. O referencial da tecnocracia é o técnico, do corporativismo às corporações e da democracia participativa, os partidos políticos, as assembleias de representantes do povo e o cidadão. Não nos equivoquemos em nossa rota. Não mantenhamos o povo na falsa expectativa dos milagres da tecnologia alternativa. Somos

a sétima potência industrial do mundo e estamos prestes a sermos absorvidos pelo Fundo Monetário Internacional.

Soluções tecnológicas alternativas são bem-vindas principalmente, as que não agredem a natureza e não inviabilizam a vida humana. Mas, a tecnologia alternativa não é a panacéia universal. O plano de governo da Oposição, deve prever a intervenção em todas as instâncias da organização social política e econômica do Estado. Caso contrário, nossa república conciliará acabará descobrindo, inventando, o tijolo de barro de quatro furos, a mais barata e racional tecnologia alternativa para construir casas populares em massa que a sociedade engendrou até hoje.

E, no momento em que o fulcro de nossa crise é político, deixemos a alienação do planejamento a nível de Estado a longo prazo, lancemo-nos sobre a questão social e as possíveis políticas de desemprego. Políticas que deverão ser implementadas nos municípios com recursos do Estado e da União.

Como partido político e como governo responsáveis, vamos nos preparar para administrar a crise antes que a crise nos administre e nos desgaste politicamente. E o Estado na falta de alternativa mais conseqüente, ponha a tropa nas ruas, destruindo para o povo a esperança da transição pacífica para a democracia nacionalista, participativa e popular que desejamos.

Além disso devemos encaminhar a discussão para esclarecer o povo e mudar o regime, regime que possibilitou que chegássemos aonde chegamos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Mais um minuto a Liderança de Vossa Excelência lhe concede.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Eleição direta para Presidente da República. Assembléia Nacional Constituinte e Moratória unilateral e soberana, são medidas que se incorporam à visão política do PMDB. Senhores Deputados, as propostas de soluções tecnologicamente intermediárias existem para todos os setores das atividades humanas.

A eletrificação rural com tecnologia alternativa já foi levada a cabo pelo PDS no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Nós a implantaremos também no Paraná; mas não é isso que deve definir a alteração do governo da mudança.

A nossa tarefa é criar condições políticas para que o povo participe, demonstrar na prática como é possível o caminho pacífico para a democratização da sociedade; como é possível varrer o centralismo, o autoritarismo, democratizando a prática da administração pública.

Estamos longe disso. Mas temos na Assembléia e no partido os instrumentos para isso. O povo espera mudanças e na nossa esfera de competências devemos encaminhá-las. Para encerrar, repito um velho ditado judeu: "Senão nós, quem? Senão agora, quando?"

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Ainda no horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermas Brandão, por quatro minutos.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Embora muito se afirme sobre o suposto imobilismo do Governo José Richa, não podemos deixar de contestar da forma que consideramos a mais própria para o caso, que é a pronta e imediata resposta.

Aqui se falou, na semana passada, em irregularidades existentes nas CIRETRANS de Barbosa Ferraz e Ivaiporã. No mesmo ato foi respondido por nós que, se houvessem irregularidades a serem apuradas, haveríamos de promover medidas que viessem sanear a denúncia.

E se assim o fizemos, Sr. Presidente e nobres Deputados, mediante expediente, sugerimos ao Excelentíssimo Sr. Mário

Stamm, Diretor do DETRAN do Paraná, que se promovessem sindicâncias nas CIRETRANS de Barbosa Ferraz e Ivaiporã, tendo em vista as denúncias apresentadas nesta Casa Legislativa: e, sem maiores delongas a administração do Paraná tomou as posições cabíveis dentro da sistemática determinada pelo princípio geral de direito, através das Portarias 597/83 e 599/83, foi criada uma Comissão de Sindicância para apurar irregularidades presentes e passadas na 38.ª CIRETRAN de Ivaiporã, e o respectivo afastamento do seu titular até a apuração final, o mesmo acontecendo à 71.ª CIRETRAN de Barbosa Ferraz, através da Portaria 598/83 e 600/83.

A administração José Richa não abrigará qualquer tipo de irregularidade em sua administração, seja neste ou naquele setor, ou em qualquer nível que se apresentar. E de uma coisa fazemos questão de ressaltar, que nem muito menos se procurará embargar encaminhamentos ou denúncias que visem o aprimoramento e moralidade do serviço público do Estado do Paraná.

Da denúncia deste Plenário nasceu a medida cabível e competente que redundará na apuração dos fatos e no posicionamento ético, moral e democrático que se fizer presente e necessário.

Sempre fizemos e continuaremos fazendo nesta Casa Legislativa o princípio retroalimentador dos vários segmentos da administração pública, por considerarmos ser este Poder o mais lúcido fiscalizador e ordenador dos bens públicos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por quinze minutos, ao Senhor Deputado Edgar Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Por quinze minutos, concedo a palavra ao senhor Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Gostaria, aqui, agora, de manifestar o nosso desencanto e hipotecar total solidariedade aos mais diversos segmentos da sociedade de Cascavel, diante da matéria que o senhor Prefeito daquele município, encaminhou à apreciação da Câmara de Vereadores daquela cidade.

Quero do mesmo modo emprestar total apoio ao documento que me é endereçado pelo Delegado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Cascavel que também manifesta sua contrariedade quanto ao conteúdo do Projeto de Lei 29/83.

Acontece, senhor Presidente, senhores Deputados, que o Prefeito Municipal de Cascavel encaminhou à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 29/83, onde estabelece e disciplina o lançamento em cobrança dos impostos territorial e predial urbanos, e dá outras providências. O projeto, em síntese, visa fundamentalmente, que a Câmara Municipal de Vereadores delegue ao Prefeito, por lei, o poder exclusivo e absoluto para reavaliar os imóveis urbanos pelo valor venal, visando atualizá-lo a nível de mercado, para o lançamento do IPTU.

Conforme se despreende do artigo 8.º, do citado projeto, os impostos prediais e territoriais urbanos, serão calculados mediante a aplicação de alíquotas, sobre o valor venal dos imóveis. Este valor será determinado através de avaliação, principalmente, o critério do preço corrente no mercado.

Pretende, ainda, o Prefeito, lhe seja outorgado o privilégio de formar comissão de avaliação e o seu regulamento, por decreto, sem a chancela do Poder Legislativo, ou seja, sem a intervenção fiscalizadora da Câmara de Vereadores. Pede, também, através do artigo 11, lhe seja conferido o poder de editar anualmente, os valores imobiliários, reavaliando-os a preço de mercado. (Lê):

"É lubrificante, do mesmo modo, a prerrogativa pleiteada no art. 22 do projeto, pela qual o senhor Prefeito FICA auto-

rizado a decretar PERDÃO dos impostos para as pessoas que ele entender de baixa renda e outras circunstâncias de somenos importância.

Como é elementar, para legislar sobre matéria financeira, a iniciativa legal é privativa do Poder Executivo. Para criar ou suprimir receitas, somente o Prefeito tem a faculdade de apresentar projetos, cabendo aos Vereadores discutir, aprovar ou rejeitar. Ocorre, entretanto, que com o projeto em apreço, o Senhor Fidelcino Tolentino AVOCA para si, com absoluta exclusividade, a competência para arbitrar, direta ou indiretamente, os valores de mercado dos imóveis de Cascavel, para fins de tributação. Elimina, definitivamente, a Câmara de Vereadores, que esgota, para sempre, a sua função legiferante. Basta verificar os termos do parágrafo único, do art. 10, onde reza que a "comissão" será estabelecida e regulamentada, por decreto do Sr. Prefeito Municipal, logo, essa mesma comissão será formada por pessoas de exclusiva confiança do chefe do executivo. Destarte, a propriedade imóvel dos cascavelenses ficará sobre o critério de um único senhor, para fins de tributação do IPTU. Sim, porque, na prática, o Prefeito terá o poder "AB LIBIDUM" de escolher, sem contestação legal, os membros da referida comissão avaliadora.

Essa lei, frise-se, não poderá ser revogada, em tempo algum, há menos que o próprio prefeito tome a iniciativa para tal, fato este que não deverá ocorrer, salvo, naturalmente, os entendimentos despidos de malícia e com ânimo singelo.

Acresce ademais, a idéia de que mencionado projeto, transformado em lei, irá operar para este e para os próximos mandatos, quiçá. E isto acontecendo, o Poder Legislativo, ficará irreversivelmente, usurpado de uma das poucas prerrogativas ainda existentes.

Com a nossa devida vênia, o projeto em pauta chega a se constituir numa proposta não muito airosa e, veladamente, denuncia certa desconsideração para com o nosso Legislativo Municipal, que fica privado, definitivamente, do poder de decisão em matéria de Imposto Predial e Territorial Urbano.

O senhor Prefeito Fidelcino Tolentino, deverá recordar da iniciativa idêntica, na gestão do Sr. Jacy Scanagatta, quando este esboçou aumentar o IPTU, e aquele foi um dos primeiros a se movimentar, publicamente, contra e sem qualquer reserva, alegando que era uma exacerbação contra a economia dos que habitavam no perímetro urbano, classificando dita tentativa de "UM PROJETO CONTRA O POVO", porquanto, agora, Sua Excelência, o Sr. Prefeito, nos deixa perplexos, desiludidos e não se peja em pleitear para si e em sua causa, a prerrogativa de conseguir uma lei ainda mais discricionária.

É importante ressaltar, por outro lado, que os noticiários publicados nos jornais da época, são fartos em comprovar a posição do atual Prefeito e então Deputado Estadual Fidelcino Tolentino, que esteve, sempre, contrário e avesso à pretendida intenção de elevar o valor dos impostos em tela.

Inobstante, todo o esforço e da gama oposicionista, a majoração acabou ocorrendo de forma substancial, corrigido de ano e ano pelo índice das ORTNs, razão esta que não justifica novo aumento, eis que, conforme se deduz do atual projeto, será ainda mais cruel e de negativa repercussão para o setor imobiliário de Cascavel.

Acentue-se, que a elevação dos impostos, na gestão passada, já implicou em sentida recessão na procura de imóveis em Cascavel, e agora, um novo aumento, significa, indubitavelmente, numa maior paralização de efeitos altamente nocivos.

É certo que, hoje, mais do que nunca, não há clima plausível para aumentar tributos, tendo em mente que a situação financeira do povo está cada vez mais caótica e difícil, principalmente, quando se trata de tributos que incidem sobre bens que não produzem, chamados bens estáticos, por serem residenciais, comerciais e industriais, e os ociosos carecem de procura, justamente por falta de poder aquisitivo dos habitantes, me-

recendo sobrelevar que a CADERNETA DE POUPANÇA, absorve os poucos recursos que ainda existem.

Pacífico está, que a possibilidade de um aumento de tributos, como pretende o Prefeito, vai determinar uma maior retração na compra e venda de imóveis, com repercussões negativas no comércio, na indústria e no desenvolvimento, conseqüente, de Cascavel, uma vez que ninguém, em sã consciência, pretende ficar sobre o jugo de administrações que tem, antes e acima de tudo, a mentalidade fiscal e fazendária.

Além de outros males que trará para os bolsos da população, o aumento do IPTU é inflacionário. O assunto não é novo, e a respeito vale a pena consignar que, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em documento enviado ao Ministro da Fazenda, afirma que o aumento do imposto predial e territorial urbano, todos os anos, contribui para uma maior inflação. Por outro lado, o documento chama a atenção para o fato de que o IPTU, acaba atingindo exatamente, a camada da população que mais vem sentindo o reflexo da inflação, representada pelos inquilinos, ou pelos proprietários, que em sua maioria, só possuem um imóvel, para residência própria, adquirido com muito sacrifício através de uma poupança forçada, ou pelo Sistema Financeiro de Habitação. Sugere ainda, a Federação do Comércio de São Paulo, a necessidade da fixação de um teto a esse poder discricionário das administrações municipalistas. Como proposta, foi apresentada uma emenda ao parágrafo 3.º, do art. 97, do Código Tributário Nacional, no sentido de que a atualização do valor monetário da incidência, não exceda anualmente, ao índice de correção monetária instituído pelo Governo Federal.

É imprescindível, nessa hora de desolação por uma iniciativa que traz o símbolo da irreflexão, convocar a população de Cascavel, através de todos os seus segmentos, para se posicionar contra a absurda pretensão que se apresenta incoerente e nefasta, que sob o pretexto de procurar "avenidas legais" para estabilizar os cofres públicos, massacra o povo daquela cidade, deixando de fazer uma administração voltada para o homem, para se aproximar da frieza de uma lei, que depois de aplicada — se for aplicada — equivalerá ao pagamento de um aluguel, do seu próprio imóvel. Isso é, extremamente, desestimulante e salta aos olhos a incongruência, de quem no passado desaprova, e agora assevera ser um direito, um dever..

Não é demais neste ponto, relembrar as declarações contidas no Semanário "HOJE", edição de 03 de agosto de 1977, quando afirmava: "NINGUÉM CONSEGUE VENDER MAIS NADA EM CASCAVEL", e apenas para espanar a memória, lembrarmos que o mesmo Semanário, e em outra edição de 3 a 8 de outubro do mesmo ano de 1977, trouxe manchete de primeira página, assegurando que "TOLENTINO ENCOMENDOU DOIS ADVOGADOS GIL CEZAR DANTAS BRUEL E INVANISE MARIA DA COSTA, OBJETIVANDO IMPEDIR O AUMENTO DO IPTU. EM PARECER JURÍDICO", e na página 12, dizia aquele jornal que "TOLENTINO ESPENDE SUA OPINIÃO PESSOAL RADICALMENTE CONTRÁRIA AO AUMENTO DO REFERIDO TRIBUTO".

É preciso invocar "o julgamento secreto da alma que aprova as ações boas e rejeita as más".

Recorde-se, para finalizar, que o atual prefeito, capitalizou para si, em termos eleitorais, as campanhas dos vereadores e de grande parte da população, usando o HOMEM como meta principal de sua administração, porém, com a pretensão estampada no projeto de lei em espécie, acena percepções de que os argumentos usados nas jornadas políticas, não passaram de fulgor temporário e que o vento ameaça, insistentemente, em levar para outros rincões, eis que se aventura, o Dr. Tolentino, em propor uma reavaliação superposta àquele que sempre considerou exacerbada. Por certo não terá respaldo popular!

Nem se diga de outra parte, que o IPTU ajustará recursos orçamentários próprios, para a realização das metas sociais, pois,

pouco representa em termos de arrecadação."

Registramos pois, o nosso protesto, porquanto na semana passada, aqui desta tribuna, manifestamos a nossa preocupação quanto ao esvaziamento do Poder Legislativo que a cada ano passa a ser absorvido pelo Poder Executivo.

Essa declaração que acabamos de fazer, este protesto que fazemos, aqui e agora contra a proposta encaminhada à Câmara de Vereadores de Cascavel, a qual sugere aumento até de UM MIL POR CENTO para o IPTU naquela cidade, demonstra o largo e bom som, quão incoerente é o prefeito que temos naquela cidade.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Falará o Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos por diversas vezes a tribuna desta Casa, para denunciar e criticar os fatos lamentáveis ocorridos na cidade de Apucarana, quando da nomeação dos professores eleitos em 17 de junho deste. Tais medidas não surtiram efeitos, porque as barbaridades foram cometidas da mesma maneira e hoje ocupamos esta tribuna, não para criticar mas para fazer um apelo à Senhora Secretária da Educação para que use pelo menos o bom senso, o qual já duvidamos que a mesma tenha.

Faremos agora a leitura de um documento que nos foi encaminhado por um estabelecimento de ensino da cidade de Apucarana, documento esse assinado pela Diretora Interina daquele estabelecimento que é a Escola Polivalente, pelo Secretário, pelo Coordenador da Área de Ciências, por todos os professores que ali trabalham desde a fundação do colégio e atuando até o momento; e por todos os presidentes da Associação de Pais e Professores da Unidade Polo de Apucarana de, 1978 até a atual gestão de 1983, documento o qual eu vou ler desta tribuna, para que fique transcrito nos anais da Casa, a incoerência da Senhora Secretária da Educação, a má fé com que ela dirige-se para ordenar as coisas da cidade de Apucarana, onde ela está apenas apontando os desmandos e as perseguições políticas.

Sr. Presidente, passo a ler o documento:

"Apucarana, 13 de agosto de 1983.

Excelentíssimo Senhor

JORGE MAIA FILHO

D.D. Deputado Estadual - PR

CURITIBA - PR

Prezado Senhor.

Através do presente encaminhamos a Vossa Excelência a exposição de motivos dos fatos que estão ocorrendo e envolvendo o Colégio Estadual Polivalente de Apucarana — Ensino de Primeiro e Segundo Graus, para que providências sejam tomadas e não haja mais prejuízos para o bom desenvolvimento da Educação.

Como Diretora desde a fundação deste estabelecimento de ensino ora em licença de gestação, preocupada com a repercussão dos fatos e não querendo ser o motivo de cisão dentro do Partido, ora governante neste Estado, venho solicitar a sua intercessão para que os fatos se aclarem, volte tudo à normalidade e justiça seja feita.

Sendo o que se oferece para o momento, valho-me do ensejo para expressar meus protestos de estima e consideração.

Cordiais saudações.

(a) ROSA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora do Colégio Estadual Polivalente

Tendo sido tomado conhecimento de notícia veiculada pelo jornal "Tribuna da Cidade" de Apucarana em sua edição de 05/08/1983, que: "O Deputado Estadual Fiori Luiz, do PMDB, encaminhou ontem requerimento à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, no qual pede abertura de inquérito para apurar fatos que envolvem a atual diretora da Escola Polivalente de Apucarana, Rosa Maria de Oliveira, a mais votada na eleição realizada no último dia 17 de junho", e que: segundo Fiori, "a professora Rosa foi denunciada em março de 1978 pelas professoras Maria Inês Pereira e Júlia Lima sob a alegação de que a referida diretora vem protegendo professor fantasma. O caso envolve o professor Eduardo Madi, padrão de Ciências Físicas e Biológicas, cuja função seria a de coordenador de área". E mais adiante: "O Deputado Fiori Luiz adiantou ainda que "após a denúncia, a professora Maria Inês passou a ser perseguida".

Diante desses fatos é que estamos encaminhando requerimento à Secretaria de Educação do Estado, pedindo abertura de inquérito, pois o Governador do PMDB foi eleito pelo voto popular, com a bandeira maior que é a de moralização e o extermínio de funcionários fantasmas. A situação em Apucarana perdura há anos e precisa ter um fim, em nome da moralidade pública.", é que se faz necessário esclarecer e apresentar certos fatos, certamente do desconhecimento da grande maioria:

1) DE QUEM PARTE A ACUSAÇÃO E O PORQUÊ?

Segundo a imprensa, o encaminhamento do requerimento à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa foi feito pelo Deputado Fiori Luiz do PMDB, a pedido do ex-Deputado José Domingos Scarpellini, também do PMDB, candidato e não eleito a Deputado Estadual nas últimas eleições realizadas em 15/11/82, com o aval de seu irmão, Carlos Roberto Scarpellini, Prefeito eleito desta cidade de Apucarana.

Os fatos denunciados foram fornecidos pela Professora Maria Inês Pereira, irmã de José Domingos Scarpellini e Carlos Roberto Scarpellini, que por laços de família e afetividade, os encaminharam ao Deputado Fiori Luiz, para que este, detentor de mandato eletivo, se pronunciasse na Assembléia Legislativa e, na qualidade de político eleito, encaminhasse à Secretaria de Estado da Educação, requerimento, pedindo a abertura de inquérito administrativo contra a Professora Rosa Maria de Oliveira, Diretora do Colégio Estadual Polivalente de Apucarana - Ensino de Primeiro e Segundo Graus.

Dúbios se tornam tais fatos e de comprovação necessitam, visto que, por laços de família e atendendo a interesses pessoais e familiares, era natural que fossem apresentados.

Ocorre que, a professora Maira Inês Pereira irmã do denunciante, foi, em tempos idos, professora do supra citado estabelecimento, onde, não se coadunando com os princípios básicos do Colégio e da filosofia de vida e a ação ali implantados, houve por bem, indispor-se contra a Direção da Escola, o que lhe valeu um Termo de Advertência em data de 04/05/78, que a mesma recusou-se a assinar, mas que, do qual, tomou ciência, conforme correspondência lhe remetida, Registrado n.º 7261, com Aviso de Recebimento assinado em 15/05/78, por Vera Lúcia Dias, do qual, Termo de Advertência, deixa-se de apresentar cópia, em virtude de tratar-se de assunto sigiloso e de conhecimento exclusivo da Direção de Estabelecimentos de Ensino conforme disposições regimentares dos mesmos.

As indisposições entre a referida Professora e a Direção do Colégio, tiveram seu início, quando por ocasião da greve realizada pelos professores do Paraná no ano de 1978, a Professora Maria Inês Pereira foi a única professora deste estabelecimento que dela participou e, a Direção cumprindo ordens, da Inspeção Regional de Ensino e da Secretaria de Educação, teve que cumprir seu dever, encaminhando aos órgãos solicitantes, relatório constando o nome dos participantes do movimento, bem como, dos dias de afastamento do colégio. Natural,

pois, que a professora, se sentindo prejudicada, tivesse que defender seus direitos, porém, não da maneira empreendida, segundo os termos da Advertência que veio a sofrer.

Daf para frente o clima de hostilidade se criou e a Professora Maria Ignês Pereira houve por bem, em várias oportunidades, tentar quebrar a autoridade da Direção, posicionando-se contra as orientações emanadas desta, bem como, tentando indispor outros elementos do corpo docente contra as diretrizes providas da Direção.

O fato culminante foi que, sendo ela, professora exclusivamente de aulas suplementares, veio a perdê-las todas no início do ano seguinte, quando, tendo vindo transferida de ASSIS CHATEAUBRIAND a professora Iolanda Xavier Revalli, detentora de um padrão na mesma área, pagar-lhe todas as aulas, que por prioridade de efetiva lhe pertenciam.

Tendo, pois, deixado de lecionar neste estabelecimento de ensino, procurou tirar proveito da situação, procurando denegrir a Direção do Colégio, atribuindo-lhe integral culpa por todos os fatos ali ocorridos, inclusive taxando-a de perseguidora e que por motivos pessoais não lhe atribuíra aulas no ano de 1979.

Quanto à professora Júlia Lima Santos que também formulou denúncias contra a Direção, de acobertar "professor fantasma", é pouco digna de fé, visto que, também ela, sofreu três Termos de Advertência em datas de 23/05/78, 12/06/78 e 18/06/78, por irregularidades havidas no estabelecimento, que culminaram com fatos de ter respondido a Inquérito Administrativo por agressão física a aluno, tendo inclusive perdido suas aulas.

Como se vê, era natural que, tendo, ainda que só agora, a oportunidade de revidar aquilo que se convencionou chamar de "perseguição", a professora Maria Ignês Pereira procurasse seus irmãos envolvidos na política e engajados no Partido Governante, para que obstruíssem a nomeação daquela que, sendo Diretora na época e, ora a mais votada na eleição do dia 17 de junho do corrente ano, não pudesse reassumir o cargo de Diretora do referido estabelecimento.

Como se vê, o DEM QUEM PARTE A ACUSAÇÃO E O PORQUÊ, é claro e evidente não há aqui conotação política, pois se assim fosse, não seriam apenas esta e mais duas as indicações embargadas, mas sim, um grupo bem maior, visto que, também outras direções, ora nomeadas não são compostas somente de professores que trilham pelos caminhos do PMDB. O que ocorre é que, por motivos exclusivamente familiares e vendo seus brios feridos, resolveram usar da influência e poder de decisão do Partido, para impor sua vontade pessoal, chegando, um deles, a usar da estratégia de chantagem, afirmando que se sua opinião não fosse ouvida, deixaria o Partido em que, até o momento se filia.

O bem da Educação e o cumprimento das promessas feitas pelo Excelentíssimo Senhor Governador, durante a campanha política do ano próximo passado não lhes interessa. O fato de ter sido a mais votada nas eleições de 17 de junho deste ano e o fato magnânimo de a segunda e terceiras colocadas terem aberto mão de suas candidaturas em favor da primeira, não estão sendo levados em consideração, pois como já se afirmou, o que vale é sua opinião pessoal, o seu interesse familiar e acima de tudo, se observa o quilate da decisão tomada quando afirmou: "É uma questão de honra, não deixar aquela mulher na Direção do PREMEN".

2) QUEM É A DIRETORA ACUSADA?

Rosa Maria de Oliveira, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Apucarana, professora efetiva do Quadro Próprio do Magistério, nomeada pelo Decreto n.º 888, de 24/07/79, após ter sido aprovada em concurso público para professores do primeiro grau, Ensino de primeira a quarta séries, realizado em 24/07/79 — Diretora do Colégio Estadual Polivalente de Apucarana - Ensino de Primeiro e Segundo

Graus, nomeada em sessão pública de escolha de vagas realizada na cidade de Ponta Grossa - PR, no dia 15/12/75, após ter se submetido a Exame de Seleção para o provimento do cargo de Diretor Administrativo Escolar, levado a efeito nos dias 05 e 06 de dezembro de 1975. Participante do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Geral e Pessoal Técnico Administrativo, com carga horária de 320 horas, realizado nas dependências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação e com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN, no período de 05 de janeiro a 21 de fevereiro do ano de 1976. Contratada em Regime C.L.T. pela Resolução 55/77 de 01/01/77. Para responder pela Direção, reclassificada em 05/05/83, pela Resolução 0410, publicada no Diário Oficial do dia 13/05/83, para desempenhar o cargo de Diretora de Colégio Agrícola e Florestal, inserida num Plano de Carreira.

— Ocupante do cargo de Diretora do Colégio Estadual Polivalente de Apucarana - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, desde sua fundação no ano de 1977 até a presente data, cargo este que desempenha com lealdade e eficiência.

— Candidata mais votada, com 183 votos, nas eleições realizadas no último dia 17 de junho.

— Diretora que cumpre as ordens emanadas de órgãos superiores; exigente quando necessário, amiga nas horas de infortúnio e leal em todos os momentos. Decidada às causas da Educação; lutadora para alcançar os objetivos almejados e intransigente na defesa dos interesses do educando.

3) O CASO EDUARDO MADI

O professor Eduardo Madi, RG 1.100.194 é professor de Ensino Médio nomeado pela Portaria 466/77 de 30/03/77 para exercer o cargo de coordenador nível 20, pelo Decreto n.º 3012 de 10/03/77, com as seguintes atribuições:

- a) "vistoriar e rubricar os Planejamentos de Ciências;
- b) fazer levantamento nos laboratórios para aquisição de produtos químicos;
- c) elaborar material para palestras;
- d) fazer levantamento da situação dentária dos alunos através de fichas;
- e) verificar o material de ciências na biblioteca e colocar em ordem para possíveis pesquisas;
- f) solicitar quando preciso, equipamento e material didático.

OBS.: Quando a Escola estiver equipada com aparelhagem dentária, as atribuições do referido funcionário serão alteradas, devendo atender o corpo discente no que diz respeito a tratamento dentário". Visto ser o mesmo possuidor de título de Cirurgião-Dentista.

Tendo em vista o acima especificado, esclarece-se o que se segue:

— O referido professor, comparece no seu local de trabalho com assiduidade, cumprindo com responsabilidade o horário que lhe é devido, conforme ciência e testemunho dos senhores professores que aqui lecionam;

— Cumpre as atribuições que lhe são conferidas, conforme se comprova:

I — Pelos Planejamentos que são vistoriados e estão todos rubricados e que permanecem em nosso poder para qualquer verificação;

II — Pelos relatórios, arquivados, dos levantamentos periódicos realizados nos laboratórios e técnicas e pelas solicitações de produtos químicos;

III — Não só pelo material elaborado para palestras, mas pelo registro em livros de chamada de palestras proferidas aos nossos educandos;

IV — Pelas fichas arquivadas do levantamento feito da situação dentária dos alunos;

V — Pelas atas (relatórios) constando a verificação do material de ciências na biblioteca e da disponibilidade do material

para a pesquisa por parte dos alunos;

VI — Por solicitação de material didático levada a efeito e o pronto atendimento quando se adquiriu duas enciclopédias (TECNIRAMA E NATURAMA)

VII — Por revisão levada a efeito sobre planejamento de ciências.

— Quanto ao tratamento dentário, previsto como uma de suas atribuições para quando o Colégio estiver equipado com aparelhagem dentária, na pessoa dos educandos deste estabelecimento, informa-se que tal, até o momento, não foi possível realizar, em virtude de que, até hoje só nos foi enviada a cadeira, não tendo recebida o restante do equipamento odontológico, apesar de reiteradas vezes, desde o ano de 1977 até 1982, ter sido solicitado, conforme se comprova através dos ofícios a seguir discriminados:

I — Para o Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho

Of. 08/77 de 28/02/77

Of. 200/77 de 05/12/77

Of. 27/80 de 21/03/80

Of. 19/81 de 28/05/81

Of. 23/82 de 26/04/82

II — Para o Dr. Eleotério Dallazen:

Of. 64/78 de 22/08/78

Of. 70/78 de 14/09/78

III — Para Jaime Canet Júnior

Of. 56/78 de 03/07/78

Of. 67/78 de 11/09/78

IV — Para Oscar Alves:

Of. 10/81 de 07/04/81

V — Para Ney Aminthas de Barros Braga:

Of. 13/79 de 07/04/79

VI — Para Arnaldo F. Busato:

Of. 198/77 de 30/11/77

VII — Para Edson Machado de Souza

Of. 106/79 de 25/10/79.

Como se vê, de acordo com tudo o que acima foi apresentado em relação ao "Professor Fantasma" Eduardo Madi, pode-se concluir que:

— Fantasmas não vistoriam e rubricam planejamento; não fazem relatórios; não elaboram material para palestras e muito menos as proferem; não fazem levantamento dentário e anotam em fichas; não verificam material em laboratórios e bibliotecas; não solicitam material didático e também não revisam planejamento. Se tudo isto existe e se comprova com a documentação existente no colégio, é porque, não se podendo negar a evidência dos fatos, tem-se que concluir que o referido funcionário só pode estar desempenhando a contento as suas funções e cumprindo com suas atribuições.

Se mais não aparece, é porque a natureza de sua função assim não o exige.

"Como o tijolo que colocado na base da parede ou na parte mais elevada dela, não é porque não se destaca, que deixa de exercer sua função, tão importante como qualquer outro elemento colocado à vista e em posição de destaque."

É, pois, agora, após esta exposição de motivos que se pede emprestado ao nobre Deputado Fiori Luiz, as suas palavras quando diz: "O Governo do PMDB foi eleito pelo voto popular, com a bandeira maior que é a sua moralização" e se conclama então que, assim como o PMDB foi eleito pelo voto popular, assim também o foi a candidata mais votada deste estabelecimento de Ensino, professora Rosa Maria de Oliveira e, se com o PMDB se fez justiça, deixando-o galgar ao poder, quando sempre se questionou: "Quem ganhar, leva?", que assim também se faça justiça, nomeando-a Diretora deste estabelecimento, para que a bandeira maior do Partido continue a tremular em nossos céus, em nossas mentes e em nossos corações.

Deixamos, pois, claro, que não apenas nos submetemos ao Inquérito Administrativo pedido por requerimento à Secre-

taria de Estado da Educação, segundo notícia divulgada pela imprensa, mas como, solicitamos e exigimos que ele realmente se processe, caso haja, a fim de que possamos provar a nossa inocência sobre estes fatos descabidos; para que a veracidade dos fatos se comprove e, para que os reais culpados sejam declarados de público, para que, somente assim se faça justiça e o bem da Educação, princípio e fim da Democracia, prevaleça.

Apucarana, 13 de agosto de 1983.

(aa) Rosa Maria de Oliveira

Diretora (em licença de gestação) do

Colégio Estadual Polivalente de Apucarana

Terezinha Barduzzi de Sá - Diretora Interina

Zony Pereira — Secretária

Eduardo Madi — Coordenador da Área de Ciências

TESTEMUNHAS: Professores desde a fundação do Colégio e atuando até o momento:

Nadir Kohut, Maria Adélia Barreto, Lorena Martins, Cazuko Nakaguishi, Artur Pallú Filho.

Associação de Pais e Professores da Unidade Pólo de Apucarana.

Milton Rossi - Ex-Presidente: gestões 78, 79, 82.

Abdal de Oliveira Arantes - ex-Presidente gestão 80.

Antenor Betelli - Presidente atual e na gestão 81".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, teria eu mais quatro páginas para ler deste documento que chegou às nossas mãos hoje, por intermédio da Associação de Pais e Professores do Colégio Polivalente de Apucarana, nosso tempo na tribuna não vai permitir, apenas para tecer alguns comentários.

Quando vimos pela imprensa local de Apucarana, há poucos dias atrás, a declaração da senhora Secretária da Educação, de que todos os mais votados naquela cidade seriam os empossados, e isso não foi feito porque a senhora Secretária não tem bom senso, não consegue confirmar tudo aquilo que diz, porque sobre qualquer pressão política ela volta atrás em suas declarações e em suas determinações.

Os absurdos acontecidos naquela cidade, como a anulação da eleição do Colégio Agrícola, alegando que o professor que ganhou não tinha um Curso Técnico Profissionalizante ou o Curso de Agrônomo, para assumir as suas funções; esquecendo-se a senhora Secretária, que esta alegação em Apucarana e nomeou em seguida para a cidade de Foz do Iguaçu, também num Colégio Agrícola, conforme denúncia do Deputado Tércio Albuquerque, de onde tirou um profissional qualificado agrônomo, para por uma pessoa que não tem nem apenas o Curso Profissionalizante.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência não estranhe o comportamento do PMDB na sua cidade, porque ontem e hoje, os jornais estão noticiando que a crise do PMDB no Paraná é total. O Sr. Secretário de Finanças está a anunciar que o Dr. Léo de Almeida Neves, Presidente do Banco do Estado, está demissionário, vai sair. O Banco do Paraná, nas mãos honradas do Dr. Léo vai muito bem e ele é ex-Diretor da Carteira de Crédito Agrícola. A crise do PMDB do Paraná, é absoluta e total, é o desgoverno.

Ainda há poucos ouvimos o Deputado Roberto Requião, criticando...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado.

Concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Criticando, Sr. Deputado, agueridamente, o plano de trabalho do Secretário Belmiro Valverde Castor, e eu ainda agora vejo com muito prazer, um ex-colega nosso, da Assembléia Legislativa, ex-Presidente do PMDB, o Prefeito Waldyr Pugliesi, que provavelmente também tem mantido uma luta muito grande na sua cidade, contra uma

ala adversária do seu Partido, a quem ele não cansou de chamar nesta Casa de corruptos, e eu aproveitei por ensejo deste aparte, até para congratular-me com o Prefeito Waldyr Pugliesi, aqui presente nesta tarde.

Então nós estamos verificando no Paraná, a sucessão de crises dentro do próprio Partido Governista. Por isto a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, não poderia ficar de fora desta baila peemedebista do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando 30 dias de licença para tratamento de saúde. — **Inclua-se na Ordem do Dia de 17.08.83.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, com apoio de diversos Srs. Deputados. — **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença em Plenário, de Sua Excelência o Sr. Prefeito de Arapongas, ex-Deputado Waldyr Pugliesi.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/83, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, Emenda Substitutiva ao artigo 2.º ao Projeto de Lei 12/83, do Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado.

Está em discussão o projeto e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência determine seja procedida a leitura da emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere.

O Sr. Primeiro Secretário fará a solicitada leitura.

(O Sr. 1.º Secretário procede a leitura).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê): “O Artigo 2.º do Projeto de Lei n.º 12/83, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2.º — Esta lei não beneficiará aqueles serventúrios que já utilizaram das anistias anteriores concedidas pela Lei n.º 7210, de 17 de outubro de 1979, e Lei n.º 7.498, de 1.º de outubro de 1981.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI e demais”.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão o Projeto e a Emenda; em votação a Emenda. — Aprovada a Emenda.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

Nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/83, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina “COLÉGIO POLIVALENTE PEDRO BOARETTO NETO”, o estabelecimento de ensino de segundo grau da cidade de Cascavel. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/83, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que eleva para 11 (onze), o número de Vereadores à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, para a próxima Legislatura. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI e OUTROS, que concede ao Sr. TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 04/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo datado de 29/11/82, ao Convênio celebrado em 1.º/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C. por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 14/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 23/82, celebrado em 27/12/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Inajá. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 11/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Adelina Di Giórgio Cobbe. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), ocorrido no dia 14 de agosto do corrente ano, em Petrópolis - RJ. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-

mento do Sr. José Boscardin, ocorrido no dia 15/8 do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria José Correa Bitencourt, ocorrido no dia 16 de agosto do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, visando a extensão de rede de água e implantação da rede de esgotos no Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo esclarecimentos referentes a verba designada à UPES, e que até o momento não foi liberada à Diretoria. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, apelando para que, no Projeto da nova lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o Distrito Judiciário de Santa Rita D'Oeste, no Município de Terra Roxa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Diretor do DETRAN, encarecendo intervenção na CIRETRAN do Município de Barbosa Ferraz, bem como o afastamento do responsável pelo órgão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Campo Mourão-Araruna-Terra Boa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, visando a criação e instalação de uma Unidade de Integração na sede do Município de Pérola. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, visando a criação e instalação de uma Unidade de Integração, no Município de Icaraíma. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, anexando requerimentos de autoria deste Parlamentar, visando a implantação definitiva do Parque Marumbi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Delegado Federal da Agricultura, visando a instalação de um Núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - CENEA, no Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - CENEA, no Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, apelando no sentido do sobrestamento das ações judiciais propostas contra os Municípios do Paraná, com o objetivo de cobrar dívidas previdenciárias, e que do mesmo se dê ciência aos representantes paranaenses na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, visando a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola - CENEA, no Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando solidariedade desta Casa de Leis às reivindicações propostas pelas classes produtoras do Estado, representadas pela Cotriguaçu, Sudcoop, Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Associação Paranaense dos Suinocultores e Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná - CACIOPAR, consubstanciadas em documento endereçado ao Sr. Ministro da Agricultura, e que cópia desse documento seja apenso ao requerimento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Secretário da Administração e à SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações sobre os critérios adotados para licitação dos serviços de Empresas especializadas em conservação, guarda e limpeza, tendo em vista a disparidade de condições exigidas pelos dois órgãos, para serviços de igual natureza. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para pavimentação da estrada que liga os Municípios de Terra Boa e Araruna. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, encarecendo alocação de verba, destinada à Associação de Pais e Mestres da Escola Ribeiro de Campos, do Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Humaitá, pela passagem do terceiro aniversário da mesma, bem como se dê ciência do mesmo aos Srs. Diretores dessa emissora de Rádio Difusão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando atender às reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Engenheiro Beltrão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Prefeito Municipal de Londrina, por medidas que possibilitaram economia aos cofres públicos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DNER, encarecendo a construção do contorno rodoviário da BR-369, na entrada do Município de Bandeirantes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a população do Distrito de Entre Rios, pela colaboração, em regime de mutirão, na recuperação da estrada que liga aquele Distrito à sede do Município de Guarapuava. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a população do Distrito de São João, pela colaboração, em regime de mutirão, na recuperação da estrada que liga aquele Distrito à sede do Município da Lapa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante que expediente, solicitando o envio de expe-

diente ao Sr. Presidente do BADEP, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações referentes aos critérios adotados para o aval fornecido à SERVIX - Engenharia S.A.. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o voto de congratulações à Marinha Brasileira, bem como ao Sr. Ministro da Marinha, por haver construído, instalado e equipado a Escola de Fluviais do Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como às lideranças de todos os partidos políticos nas duas Casas do Congresso, manifestando sua posição contrária à aprovação do Decreto-Lei n.º 2045, que estabelece reajuste salarial em oitenta por cento do INPC. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo informações referentes ao pagamento da última cota do Fundo de Participação dos Municípios, que teve seu valor reduzido a cinquenta por cento do que deveria ser recebido pelas Prefeituras. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 12, 43, 62 e 91/83.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 10 e 13/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 23, 29, 42, 49, 56 e 70/83.

DISCUSSÃO ÚNICA — de requerimento do Deputado Fuad Nacli, solicitando licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1983 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores Deputados Hermas Brandão e Anibal Khury.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu

Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).

Quatro Srs. Deputados aprovam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 18, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 45 e 58/83.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS 10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Ervin Bonkoski. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os seguintes projetos: Projeto de Resolução n.º 06/83, de autoria da Comissão Executiva, estabelecendo critérios para aplicação pelos senhores Deputados, da dotação consignada no Orçamento da Assembléia, destinada a subvenção social. Relator Deputado Antônio Anibelli, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 22/83, de autoria do Deputado Hermas Brandão, alterando dispositivos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto do Funcionário Civil do Estado). Relator Deputado Gabriel Manoel. Parecer favorável com emenda substitutiva, aprovado. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 34/81, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, altera o artigo 51 da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), instituindo verba de representação aos Presidentes de Câmaras Municipais. Relator Deputado Ezequias Losso, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/83, de autoria do Deputado Trajano Bastos, acrescentando ao artigo 23 do Regimento Interno um inciso com os respectivos parágrafos que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 45/83, alterando o artigo 171, da Lei Complementar n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto do Funcionário Civil do Estado), atribuindo ao funcionário do sexo feminino

que completar 25 anos, cinco por cento de adicionais por ano excedente, até o limite de vinte e cinco por cento. Relator Deputado Ezequias Losso, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 61/83, de autoria do Deputado Nelson Bufara, autorizando o Poder Executivo instalar creches junto aos Postos de Saúde do Estado e dá outras providências. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 84/83, de autoria do Poder Executivo, majorando em trinta e cinco por cento, a partir de 1.º de julho do corrente ano, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo civil e militar do Estado.

Relator Deputado Antônio Martins Anibelli, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Nelson Salles lavrei a presente Ata, que depois de lida será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

Nelson Salles
Secretário